

CONTRIBUTOS PARA MELHORAR O SUCESSO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NA 2ª CLASSE DA ESCOLA PRIMÁRIA SAÍDY MINGAS – BENGUELA – ANGOLA

Domingos Maria

Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão da Educação

Orientação: Professor Doutor João Carlos Machado de Sousa

abril , 2020



UNIVERSIDADE PORTUGALENSE

Domingos Maria

CONTRIBUTOS PARA MELHORAR O SUCESSO ESCOLAR NA
DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NA 2ª CLASSE DA ESCOLA
PRIMÁRIA SAÍDY MINGAS – BENGUELA – ANGOLA.

Dissertação apresentada na Universidade de Portugalense Infante D. Henrique para
obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão da Educação, sob a
orientação do Professor Doutor João Carlos Machado de Sousa

Departamento de Psicologia e de Educação

abril, 2020



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

“A matemática é uma vasta aventura em ideias; sua história reflete alguns dos mais nobres pensamentos de incontáveis gerações”

Dirk J. Sruik

DEDICATÓRIA

Aos meus progenitores, pela luz da vida;

À minha esposa, companheira da vida;

Aos meus filhos e sobrinhos, pelo brilho acrescido que trouxeram a minha vida;

Ao orientador, que acreditou sempre nesta obra.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram de maneira consciente e inconsciente à terminação desta investigação, agradecer a aquelas que o fizeram com dedicação e amor, para mim é o ato de prazer.

Agradeço então:

A DEUS pelo dom gratuito da vida, e por me ter abençoado com saúde, graças e misericórdias;

Aos familiares, professores e colegas pela ajuda e encorajamento oferecidos;

Especialmente, agradeço ao orientador pelas inúmeras orientações e atenção que sempre me prestou;

Aos professores da Escola Superior Politécnica do Cuanza Norte “João Francisco António e Bruno Hermenegildo da Rocha António”;

À Escola Primária Saídy Mingas em Benguela por toda a atenção oferecida e a informação que me proporcionou imprescindível para o êxito deste trabalho.

ABREVIATURAS

MED: Relatório do diagnóstico do sistema educativo

INIDE: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação.

LBSE: Lei de bases do Sistema de Educação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SPSS: Software Statistical Package for the Social Sciences

PEE: Projetos Educativos da Escola.

RESUMO

CONTRIBUTOS PARA MELHORAR O SUCESSO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NA 2ª CLASSE DA ESCOLA PRIMÁRIA SAÍDY MINGAS – BENGUELA – ANGOLA.

O presente trabalho de investigação reflete sobre o problema do sucesso escolar na disciplina de matemática na 2ª classe na escola primária Saídy Mingas – Benguela – Angola, considerando os principais fatores contribuintes: económicos, familiares, institucionais, sociais, culturais, formação dos docentes, nível escolar dos pais/encarregados de educação, ocupação laboral e o meio.

Para a presente investigação, utilizamos uma metodologia mista que combina os dois enfoques (quantitativo e qualitativo), proporcionando uma base contextual mais rica para interpretação e validação dos resultados. A recolha de dados realizou-se através de inquérito por questionário e da entrevista na escola primária Saídy Mingas – Benguela – Angola. Trata-se de uma população de 100 alunos de ambos os sexos (N=100), distribuídos em duas turmas, e uma amostra de 80 alunos (n=80) selecionada por acessibilidade ou conveniência.

Os resultados obtidos na investigação confirmam que o sucesso escolar na disciplina de matemática está ligado aos fatores acima referidos, pelo que se tem de criar condições para melhorar tal situação, designadamente a relação que existe entre o fraco aproveitamento e o gosto pela disciplina.

Palavras-chave: Sucesso escolar, Ensino da Matemática, Benguela.

ABSTRACT

CONTRIBUTES TO IMPROVING SCHOOL SUCCESS IN MATHEMATICS IN THE 2nd CLASS OF SAÍDY MINGAS - BENGUELA - ANGOLA PRIMARY SCHOOL.

The present research reflects on the problem of school success in the mathematics discipline in the 2nd class at Saídy Mingas - Benguela - Angola primary school, considering the main contributing factors: economic, family, institutional, social, cultural, teacher education, educational level, parents' occupation and the environment.

For the present investigation, we use a mixed methodology that combines both approaches (quantitative and qualitative), providing a richer contextual basis for interpretation and validation of results. Data were collected through a questionnaire survey and interview at the Saídy Mingas primary school - Benguela - Angola. It is a population of 100 students of both sexes ($N = 100$), distributed in two classes, and a sample of 80 students ($n = 80$) selected for accessibility or convenience.

The results obtained in the research confirm that school success in mathematics is linked to the factors mentioned above, and conditions must be created to improve this situation, namely the relationship between poor achievement and the positive perception of the discipline.

Keywords: School Success, Mathematics Teaching, Benguela.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA.....	13
1. CONTRIBUTOS PARA MELHORAR O SUCESSO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA.....	16
1.1. Conceitualização.....	16
1.2. O Sistema educativo em Angola.....	17
1.2.1. Estrutura do Sistema Educativo em Angola.....	19
1.2.2. A Lei de Base do Sistema de Educação (LBSEA).....	22
1.3. A Formação de Professores.....	26
1.3.1. Educação de Adultos.....	27
1.4. Polidocência e Monodocência.....	30
1.5. Reforma Educativa em Angola.....	31
1.5.1. Primeira Reforma Educativa em Angola (1978).....	32
1.5.2. Segunda Reforma Educativa angolana (2001).....	33
1.6. Organização do Currículo em Angola.....	35
1.7. A Gestão e a Administração Escolar.....	36
1.8. Papel do Director.....	38
CAPÍTULO II - METODOLOGIA.....	16
Introdução.....	44
2.1. Metodologia.....	44
2.2. Métodos e Técnicas.....	45
2.2.1. Análise do discurso.....	46
2.2.2. Inquérito por Questionário e Entrevista.....	46
2.2.3. Fontes de informação e instrumentos.....	47
2.3. Hipóteses.....	48
2.4. População e Amostra.....	49
2.5. Caracterização do local de estudo.....	49
2.6. Fontes e Dificuldades.....	50
CAPITULO III - ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	44
3.1. Análise dos dados obtidos.....	53
3.2. A Direcção da Instituição.....	53
3.3. Docentes da Instituição.....	55

3.4. Alunos da Instituição	59
3.5. Pais e encarregados de educação	61
CAPITULO IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	64
4.1. Discussão dos resultados	65
CONCLUSÕES	777
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS	87

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1– Estrutura do sistema de educação.....	23
Quadro 2 - População e Amostra	49
Quadro 3 – Área de formação dos professores.....	57
Quadro 4 – Projeto da reforma educativa.....	57
Quadro 5 – Perceção das dificuldades em lecionar a matemática	57
Quadro 6 – perceção sobre o aproveitamento dos alunos na disciplina	58
Quadro 7 – Visão dos professores sobre o currículo do ensino primário.....	58
Quadro 8 – Clima na sala de aula.....	58
Quadro 9 – Motivação quanto ao trabalho.....	59

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação dos docentes de acordo o sexo	56
Gráfico 2 – Experiência profissional dos professores	56
Gráfico 3– Nível acadêmico dos professores	56
Gráfico 4 – Gosto pela matemática	59
Gráfico 5 – acompanhamento e apoio dos pais	60
Gráfico 6– Levar lanche ou dinheiro para escola.....	60
Gráfico 7– Comer antes de ir a escola.....	61
Gráfico 8– Nível acadêmico dos pais e encarregados de educação	61
Gráfico 9 - Ocupação laboral dos pais e encarregados de educação.....	62
Gráfico 10 – Renda mensal de pais e encarregados de educação	62
Gráfico 11 - Agregado familiar	63

ÍNDICE DE TABELA E FIGURA

Tabela nº 1 – Horário semanal.....	36
Figura nº 1	41

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como tema “Contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de Matemática na 2ª classe da Escola primária Saídy Mingas em Benguela - Angola.”

A temática em questão ainda não foi evidenciada na escola em questão, contudo é de extrema relevância, pois tomando por base os resultados obtidos é possível criar nos intervenientes a necessidade de mudança com o intuito de intervir e melhorar as práticas educativas que virão contribuir para o sucesso escolar na disciplina de matemática da escola acima referida. Torna-se indispensável criar soluções e oportunidades que levem os professores, pais e encarregados de educação a tomarem consciência dos processos de ensino-aprendizagem.

A educação é um processo complexo e contínuo que ocorre tanto em contextos formais/escolares como em contextos informais. Nestes contextos informais, a família ganha particular importância dado que é aí que tudo se inicia e é aí que as crianças e jovens encontram as suas referências fundamentais e o suporte para o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Tendo em conta a realidade do país e as reais crises que se vivem, a preocupação com esta temática sempre nos tem acompanhado, mas devido algumas dificuldades não podemos ser abrangentes, pelo que buscamos retratar apenas o ensino da matemática na 2ª classe da escola Primária Saídy Mingas em Benguela.

A amostra para este trabalho é de 80 estudantes, de ambos os sexos, constituindo-se a partir de uma amostragem por acessibilidade ou conveniência.

Este trabalho de investigação sobre contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática está estruturado em quatro capítulos:

O Capítulo I integra a pesquisa bibliográfica onde se trabalhou a conceitualização de escola, sucesso escolar, educação; apresentamos ainda alguns fundamentos da

(LBSEA), a organização do currículo em Angola, a reforma educativa, bem como a gestão escolar com algum realce ao papel do líder e as suas responsabilidades.

O Capítulo II apresenta a metodologia utilizada para investigação, frisando mais concretamente os objectivos, hipótese e as técnicas de recolha e tratamento dos dados recolhidos ao longo da investigação.

Sucedem-lhe o Capítulo III que é a apresentação descritiva e objetiva dos dados obtidos.

No IV e último Capítulo faz-se a avaliação e interpretação dos resultados obtidos de acordo com os objectivos, problema de investigação e as hipóteses colocadas, tendo em conta a pesquisa bibliográfica.

Por fim, seguem-se as conclusões, recomendações, referências bibliográficas e anexos.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA

1. CONTRIBUTOS PARA MELHORAR O SUCESSO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

1.1. Conceitualização

Contribuir para educação é auxiliar na formação de recursos humanos tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, com ações e ideias (Ribeiro, 1993).

A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação (Charlot, 2000).

De acordo a Ireland (2008), a ideia de sucesso escolar é entendida hoje em dois sentidos:

De modo muito geral, é associada ao desempenho dos alunos: obtêm êxito aqueles que satisfazem as normas de excelência escolar e progridem nos cursos, ou seja, transitam de classe;

Com a moda das escolas efetivas e a publicação das “listas de classificação das escolas”, o “sucesso escolar” acaba designando o sucesso de um estabelecimento ou de um sistema escolar no seu conjunto; são considerados bem-sucedidos os estabelecimentos ou os sistemas que atingem seus objetivos ou que os atingem melhor que os outros. (Ireland, 2008, p. 41)

Particularizando, o insucesso escola é usualmente atribuído ao facto de os alunos não atingirem as metas – fim dos ciclos – dentro dos limites temporais estabelecidos e traduzindo-se, na prática, pelas taxas de reprovação, repetência e abandono escolar. Este é o insucesso institucionalmente considerado. De acordo com Pires (1987, citado por Martins, 1993), existe, contudo, um outro tipo de insucesso escolar não facilmente quantificável, mas provavelmente mais nefasto: referimo-nos à adequação entre os conteúdos transmitidos na escola, as aspirações dos alunos e não à conjugação destes fatores com as necessidades do sistema social (particularmente do sistema político, cultural e económico).

Segundo a UNESCO (2005), a educação é o processo que permite transformar o potencial de cada indivíduo em competências, é um direito humano.

O direito à educação é um direito de todos, sem discriminação alguma e sem limites de tempo ou espaços exclusivos para o seu exercício. É um direito da criança e do adulto, da mulher e do homem, seja qual for a sua capacidade física e mental, a sua condição e situação. É um direito dos brancos, dos pretos, dos mestiços e dos amarelos, dos pobres e dos ricos, dos emigrantes, dos refugiados, dos presos etc. É um direito das populações indígenas e de todas as minorias (Grácio, 1997).

1.2. O Sistema educativo em Angola

A educação em Angola pode ser vista em cinco diferentes horizontes temporais:

O primeiro vai da chegada de Diogo Cão a foz do rio Zaire 1482, no ano em que o ministro da Rainha D. Maria II, Joaquim José Falcão autorizou os governadores coloniais a assumir os destinos da instrução pública, das suas respetivas coloniais 1845.

O segundo vai desse ano até 1878, ano em que as igrejas católicas e protestantes começaram a afluir significativamente para Angola com a sua aposta de evangelizar, civilizar e educar o povo angolano.

O terceiro vai dessa data a 1919, ano em que o governo da colónia de Angola criou um Conselho de Inspeção da Instrução Pública, assumindo dessa forma a responsabilidade pelo controlo da Instrução Pública Colonial.

O quarto vai desse ano (1919) ao ano de 1974, ou seja, o fim da era colonial ou do período Salazar que, com o advento do Estado Novo, deu a educação uma feição mobilizadora da ideologia.

O quinto e último período é o da Angola independente que começa em 1975 até aos presentes dias (Mineiro, 2007). Benedito (2012) assinala umas episódicas datas importantes no século XX, "Assim surgiu o Liceu Salvador Correia (1919); a Direcção dos Serviços de Instrução (1926); A Reorganização da Instrução Primária na Colónia de Angola (1927), a Organização dos Serviços de Instrução Pública da Colónia de Angola (1929); o Conselho de Instrução Pública (1932); a Reorganização do Ensino Primário (1933); a Secretaria Provincial de Educação de Angola (1964) e a instituição do

Ministério de Educação, em 1975, altura em que foi proclamada a Independência de Angola.

Angola independente já conheceu duas Reformas educativas. A primeira data de 1980 e serviu para se afastar do sistema seguido pelo governo português, antes de libertar o território, já que a nova realidade se cingia com o sistema político-económico dos países da Europa do Leste e de Cuba.

Nguluve (2010) declara que, de acordo com o Decreto nº 40/80 de 14 de maio, o sistema educacional em vigor desde 1978 constituía-se em subsistemas que compreendiam as seguintes etapas: Educação pré-escolar; Ensino Básico; (de três níveis - o primeiro da 1ª a 4ª classe; o segundo da 5ª a 6ª classe e o terceiro da 7ª a 8ª classe). Ensino Médio (dividido em técnico e normal); Ensino Superior (bacharelato até ao terceiro ano e a licenciatura até ao quarto ou quinto ano, dependendo do curso); ensino e alfabetização de adultos" (p. 67).

Vale ressaltar que, durante esse regime, a monodocência só se praticava no primeiro nível do Ensino Básico, isto é, da 1ª à 4.ª classe.

Este sistema educativo era laico, gratuito e centralizador. O país estava em guerra civil longa e atroz. A sobrevivência dos cidadãos não era obra do acaso. Os termos como gratuidade e igualdade não passaram de farsas demagógicas e logo se verificou que o Sistema educativo estava a adiar o futuro do país.

Em 1986, o governo ordenou um Diagnóstico do Sistema cujos resultados foram claros em esclarecer que algo corria mal (Mineiro, 2007). Em 31 de Dezembro de 2001, o Parlamento publica a Lei nº 13, que modifica todo o figurino educativo, servindo assim de Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola, sistema que também viria a ser centralizado, laico e gratuito, mas desta vez em moldes mais consentâneos com a realidade em que se deve viver.

A Lei nº 13/01 serve de ponto de partida da segunda Reforma Educativa do Ensino em Angola independente, que entrou em vigor em 2004. O atual Sistema educativo angolano é teoricamente laico, integrante, democrático, gratuito e obrigatório ao nível do Ensino Primário e do tipo centralizado coordenado. Benedito (2012), refere que "o

atual Sistema de Educação comporta a Educação pré-escolar e a educação escolar, esta com três níveis de ensino: o Ensino Primário; o Ensino Secundário e o Ensino Superior”.

A Educação pré-escolar assegura a preparação para o ensino sistemático no Ensino primário.

O Ensino primário, obrigatório, unificado e com 6 anos de escolaridade, prepara os alunos para a continuação dos estudos no Ensino Secundário e oferece um Ensino geral monodocente, que comporta a Educação regular e a Educação de adultos (Mineiro, 2007).

O Ensino Secundário está repartido em dois ciclos. O 1.º ciclo oferece, por um lado, uma formação geral, contendo a Educação regular e a Educação de adultos, com a duração de 3 anos de escolaridade e, por outro lado, uma formação profissional básica, destinada a preparar jovens e adultos para o ingresso na vida ativa. O 2.º ciclo do Ensino Secundário oferece, por um lado, uma formação geral na continuação da Educação regular e a Educação de adultos, iniciadas no 1.º ciclo, com a duração de 3 anos de escolaridade e, por outro lado, duas formações profissionalizantes, sendo a formação média normal destinada a formação de professores para o Ensino primário e a formação média técnica destinada a formação de técnicos para os diferentes ramos de atividade. Estes dois tipos de formação profissionalizantes têm uma duração de 4 anos de escolaridade.

1.2.1. Estrutura do Sistema Educativo em Angola

O sistema educativo de Angola teve como ponto de partida o sistema educativo do tempo colonial. Este teve que ser adaptado pelo menos no primeiro ano letivo da nova era. Como o país adotou logo nos primeiros anos da sua independência uma ideologia político-económica diferente da anterior, viu-se na necessidade de igualmente mudar o seu sistema de educação. E fê-lo através de duas reformas educativas (Mineiro, 2007).

A primeira reforma esteve presente no período de 1976 a 2000. Tomaram-se várias medidas tendentes ao rompimento com a cultura educacional do tempo colonial, numa ideia de se desenvolver um sistema educacional voltado para a valorização da cultura nacional.

A situação político-militar da época não favoreceu um percurso salutar no domínio da educação e indicadores de como existiam muitas anomalias referentes ao fraco aproveitamento escolar dos alunos, não se fizeram tardar. Perante essa situação, os responsáveis políticos do país acharam por bem recomendar a realização de estudos mais aprofundados sobre o estado da Educação.

O Ministério da Educação, como recetor das recomendações em questão, organizou um diagnóstico do setor no ano de 1986. Concluído o diagnóstico vieram à tona fraquezas graves e insustentáveis no Ensino de Base, com repercussões nos outros níveis de ensino.

O Sistema de Ensino então vigente dividia-se em Ensino de Base, Ensino Médio e Ensino Superior:

Constatou-se que não existia uma determinação precisa sobre o nível de conhecimento que um aluno devia ter à saída do Ensino de Base (hoje ensino primário) e ainda existia uma grande diferença entre o número de horas estipulado nos programas e o tempo real disponível. De um modo geral, os conteúdos de ensino eram ambiciosos para as condições concretas do país, não existindo critério de que o programa é um documento oficial de cumprimento obrigatório. (INIDE, 2009, p.7)

Também foi referido que "em cada 1000 alunos que ingressavam na 1.^a classe, somente 142 concluíam o I nível do Ensino de Base, dos quais 34 transitavam sem repetições de classe, 43 com uma repetição e 65 com duas ou três repetições. De recordar que na primeira reforma o ensino de Base dividia-se em: I Nível, que ia da 1.^a à 4.^a classe; II Nível - da 5.^a até à 6.^a classe e o III Nível da 7.^a até à 8.^a classe" (INIDE, 2009, p. 7).

Antes do diagnóstico, isto é, em 1982, viu-se que faltava um sistema eficaz e dinâmico de atualização dos professores e "entre 1981 e 1984, mais de 10 mil professores nacionais abandonaram o Ministério de Educação, tendo como causa a situação político-militar, a baixa remuneração salarial e as muito baixas condições sociais.

No Ensino de Base, o II e o III Níveis estavam sob o controlo de professores estrangeiros, cujas língua de trabalho e a preparação profissional eram diferentes conforme as suas nacionalidades (INIDE, 2009, p.7). Não existia, então, um sistema que assegurasse completamente a distribuição harmoniosa da rede escolar, uma vez que as

escolas herdadas do colonialismo obedeciam a uma distribuição de acordo com os seus interesses, no Primeiro Nível do Ensino de Base.

Verificou-se também um decréscimo substancial no número de escolas, devido a diferentes circunstâncias, uma das quais era a situação político-militar do país (INIDE, 2009, p. 7). Coligidas todas as dificuldades, o diagnóstico recomendou o saneamento das anomalias verificadas, por um lado, e por outro lado a conceção de uma nova estrutura de Sistema de Educação.

Depois de uma larga recolha de opiniões, e um vasto trabalho de pelouro, as recomendações do diagnóstico influenciaram a elaboração da Lei n.º 13/2001 de 31 de dezembro. O atual Sistema de Educação de Angola tem como ponto de partida a Lei n.º 13, aprovada e assinada a 31 de Dezembro de 2001, como já foi referido anteriormente. A publicação da Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro lança a base da segunda reforma de educação da Angola independente, que teve o seu início no ano lectivo de 2004 e cuja implementação experimental se estenderia até 2015.

A LBSE (2001), depois de fornecer o esquema geral do Sistema de Educação vigente, legislou também alguns requisitos afins, dos quais destacamos os Recursos Humanos e Materiais, de acordo com o artigo 54.º da LBSE (2001), no qual é assegurado aos agentes o direito à formação permanente através dos mecanismos próprios, com vista à elevação do seu nível profissional, cultural e científico, sendo estes agentes de educação remunerados e posicionados na sua carreira de acordo com as suas habilitações literárias e profissionais e a atitude perante o trabalho.

Quanto à progressão na carreira docente e administrativa está ligada à avaliação de toda a atividade de desenvolvimento no âmbito da educação, bem como as qualificações profissionais e científicas.

De acordo com o n.º 2 do artigo 55.º da LBSE (2001), “a rede escolar deve ser organizada de modo a que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais”. É da responsabilidade dos órgãos do poder local de administração do Estado e da sociedade civil o equipamento, a conservação, a manutenção e a reparação das instituições escolares de todos os níveis de ensino até ao 1º ciclo do ensino secundário.

Os órgãos do poder local da administração do Estado devem proteger as instituições escolares e tomar as medidas tendentes a evitar todas as formas de degradação do seu património. Os recursos educativos, descritos pelo artigo 56.º da LBSE (2001), são todos os meios utilizados que contribuem para o desenvolvimento do sistema de educação, tais como guias e programas pedagógicos, manuais escolares; bibliotecas escolares e equipamentos, laboratórios, oficinas, instalações e material desportivo.

Quanto ao financiamento disponibilizado para a atividade educacional é regida pelo artigo 57.º da LBSE (2001), em que se define que as prioridades do Plano Nacional do Desenvolvimento Económico Social e do Orçamento Geral do Estado e as verbas e outras receitas destinadas ao Ministério de Educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema de educação. O ensino promovido por iniciativa privada é financiado através da remuneração pelos serviços prestados ou por outras fontes. O Estado pode cofinanciar instituições educativas de iniciativa privada em regime de parceria desde que sejam de interesse público relevante ou estratégico.

1.2.2. A Lei de Base do Sistema de Educação (LBSEA)

Lei nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001.

O Ministério de Educação conta em cada província com um Diretor provincial de Educação, cabendo-lhe responder às atribuições do Ministério de Educação na província, em matéria de natureza pedagógica, e perante o Governador da respetiva província, em assuntos de carácter administrativo e financeiro.

A caracterização do Sistema de Educação do país tem como esquema principal a estrutura plasmada no artigo 10.º da Secção I do Capítulo III, da LBSEA (2001), que se refere à estrutura da educação; esta realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino:

Quadro 1– Estrutura do sistema de educação

Subsistema de educação pré-escolar
Subsistema de ensino geral
Subsistema de ensino técnico profissional
Subsistema de formação de professores
Subsistema de educação de adultos
Subsistema de ensino superior
O sistema de educação estrutura-se em três níveis
Primário
Secundário
Superior
O sistema educativo apresenta-se da seguinte forma
Educação Pré-Escolar
Ensino Geral, subdividido em Primário e Secundário
Ensino Superior

Fonte: LBSEA; Nguluve (2010)

A educação pré-escolar abarca a Creche e o Jardim de Infância e conta ainda com uma classe de iniciação de um ano de duração. De acordo com o artigo 11.º da LBSE (2001) "o subsistema de educação pré-escolar é a base da educação, cuidando da primeira infância, numa fase de vida em que se devem realizar as ações de condicionamento e desenvolvimento psicomotor". (p.6). Quanto aos objectivos, a educação pré-escolar visa no seu artigo 12.º da LBSE (2001):

- a) Promover o desenvolvimento intelectual, físico, moral estético e afectivo da criança, garantindo-lhe um estado sadio de forma a facilitar a sua entrada no subsistema de ensino geral;
- b) Permitir uma melhor integração e participação de crianças através da observação e compreensão do meio natural, social e cultural que a rodeia;
- c) Desenvolver as capacidades de expressão, de comunicação, de imaginação criadora e estimular a actividade lúdica da criança.

Em Angola, o número de crianças de dois a cinco anos fora do sistema de assistência à infância, programas de ensino infantil e iniciação ainda exige do Estado especial atenção, pois, de acordo com o artigo 11.º da LBSE (2001), “a etapa da educação pré-escolar constitui aspecto fundamental, uma vez que esta serve de base para as demais etapas de crescimento e desenvolvimento da criança”.

A formação geral que corresponde ao ensino primário e secundário constitui, segundo o artigo 14.º da LBSE (2001), o "fundamento do sistema de educação para conferir uma formação integral, harmoniosa e uma base sólida e necessária à continuação de estudos

em subsistemas subsequentes" (p.7). De acordo com o artigo 15.º da LBSE (2001), constituem objectivos fundamentais e gerais deste subsistema de ensino geral:

- a) “a) Conceder a formação integral e homogénea que permita o desenvolvimento harmonioso das capacidades intelectuais, físicas, morais e cívicas;
- b) Desenvolver os conhecimentos e as capacidades que favoreçam a autoformação para um saber-fazer eficaz que se adapte às novas exigências;
- c) Educar a juventude e outras camadas sociais de forma a adquirirem hábitos e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional; e
- d) *Promover na jovem geração e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-las para uma actividade laboral socialmente útil capaz de melhorar as suas condições de vida* (p.7).

O subsistema de ensino geral é dividido em dois grandes escalões ou níveis: o ensino primário, que vai da 1.ª classe a 6.ª classe, e o ensino secundário, subdividido em dois ciclos. O primeiro ciclo tem três anos de duração, da 7.ª a 9.ª classe, e o segundo ciclo com três ou quatro anos, da 10.ª a 12.ª ou 13.ª classe, de duração variável, dependendo do curso que o estudante escolher depois de terminar o primeiro ciclo.

O Ensino Primário é bastante diferente do da reforma anterior, que ia da 1.ª à 4.ª classe, comporta no atual sistema seis anos de estudos, isto é, da primeira à sexta classe, e continua a ser o único nível obrigatório de acordo com o artigo 8.º da LBSE (2001). É gratuito segundo o artigo 7.º da mesma LBSE. A gratuidade consiste na “isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e material escolar”, e isto é válido tanto para o ensino geral como para o subsistema de educação de adultos. De acordo com o artigo 18.º da LBSE (2001), indicam-se os seguintes objectivos específicos do ensino primário:

- a) Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão;
- b) Aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização;
- c) Proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais;
- d) Estimular o espírito com vista ao desenvolvimento da criação artística;
- e) Garantir a prática sistemática de educação física e de atitudes ginodesportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras. O ensino primário constitui, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola (Lei N.º 13/01 de 31 de dezembro), a base do ensino geral, tanto para a educação regular como para a educação de adultos, e é tido como ponto de partida para os demais níveis de ensino.

No sistema educativo anterior, o ensino primário ia até à 4.^a classe, o dito primeiro nível daquele Sistema Educativo. A LBSE de 31 de dezembro de 2001 estende o ensino primário até a 6.^a classe e sob o regime da Monodocência. Porém, é de sublinhar que a 5.^a e 6.^a classes têm nove disciplinas cada, que são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Educação Musical, Educação Física, Educação Moral e Cívica e Educação Manual Plástica.

O Ensino Secundário na LBSE (2001) está estruturado em dois ciclos. O primeiro tem três anos de duração e começa na 7.^a classe e termina na 9.^a classe. A LBSE (2001) apresenta no seu artigo 20.º os objectivos do primeiro ciclo do ensino secundário tais como:

- a) Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos e atitudes e as habilidades adquiridas no ensino primário; b) Permitir a aquisição de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes. (p. 9)

O segundo ciclo do ensino secundário tem três braços distintos: o Ensino Médio Técnico, que começa na 10.^a classe e termina na 13.^a classe, o Ensino Médio Normal, que igualmente começa na 10.^a classe e termina na 13.^a classe, e o Ensino Médio Geral, que começa na 10.^a classe e termina na 12.^a classe, sendo este o único com três anos de duração.

O número dois do artigo 20.º da LBSE (2001), indica os objectivos específicos do segundo ciclo do ensino secundário, que são: “a) Preparar o aluno para o ingresso no mercado de trabalho e/ou no subsistema do ensino superior; b) Desenvolver o pensamento lógico e abstracto e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos na resolução de problemas da vida prática”. O segundo ciclo de ensino geral conta também com uma formação intermédia de um a dois anos para a profissionalização daqueles que, concluem a 12.^a classe e não conseguem ou não querem ingressar no Ensino Superior.

O Ensino Médio Técnico e o Ensino Médio Normal são ramos paralelos ao 2.º ciclo do Ensino Secundário, que se viram para a formação de técnicos profissionais e para a formação de professores respetivamente e canalizam, igualmente, alunos para o Ensino Superior, se o desejarem, desde que satisfaçam os pré-requisitos exigidos. Porém, os

alunos há que não querem ou não conseguem atingir o Ensino Superior. Para estes existe uma formação intermédia de um ou dois anos para a sua profissionalização, depois de concluído o equivalente a 12.^a classe do segundo ciclo do Ensino Secundário. Segundo o artigo 22.º da LBSE (2001), o Ensino Técnico Profissional visa a "formação técnica e profissional dos jovens em idade escolar, candidatos a empregos e trabalhadores, preparando-os para o exercício de uma profissão ou especialidade, de forma a responder às necessidades do país e à evolução tecnológica." (p.9). Este subsistema está estruturado em Formação básica e Formação técnica.

A formação básica antecede a formação técnica, nos termos do Artigo 24.º da LBSE (2001), e é considerada como o ponto principal e inicial duma formação técnica. Eis os objectivos específicos da formação básica, segundo este artigo, em que:

A formação profissional básica é o processo através do qual os jovens e adultos adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais e técnicas, atitudes e práticas relacionadas directamente com o exercício de uma profissão; b) A formação profissional básica visa a melhor integração do indivíduo na vida activa, podendo contemplar vários níveis e desenvolver-se por diferentes modalidades e eventualmente contemplar a formação escolar no quadro da educação permanente; c) A formação profissional básica realiza-se após a 6.^a classe nos centros de formação públicos e privados; d) A formação profissional básica rege-se por diploma próprio. (p.10)

A formação técnica profissional, propriamente dita, começa com a 10.^a classe, isto é, depois de terminar o Primeiro ciclo do ensino secundário.

Segundo o artigo 25.^a da LBSEA (2001), a formação técnico-profissional dos jovens visa "proporcionar aos alunos conhecimentos gerais e técnicos para os diferentes ramos de actividade económica e social do país, permitindo-lhes a inserção na vida laboral e, mediante critérios, o acesso ao ensino superior". O número três deste mesmo artigo prevê uma formação técnico-profissional depois da 12.^a classe do ensino geral, com a duração de um a dois anos.

1.3. A Formação de Professores

Como podemos constatar termos do artigo 26.º da LBSEA (2001), o subsistema de formação de professores consiste em formar docentes para a educação pré-escolar e para o ensino geral, nomeadamente a educação regular, a educação de adultos e a educação especial. Este subsistema realiza-se após a 9.^a classe, com a duração de quatro anos em

escolas normais, e, após este, em escolas e Institutos Superiores de Ciências de Educação. Pode-se organizar formas intermediárias de formação de professores após a 9.^a classe e a 12.^a classe, com a duração de um a dois anos, de acordo com a especialidade. Segundo o artigo 28.º da LBSEA (2001), o subsistema de formação de professores estrutura-se em Formação Média Normal, realizada em escolas normais, a Escola Superior Pedagógica, e em Escolas Superiores de Ciências de Educação (ISCED).

São objectivos do subsistema de formação de professores, nos termos do artigo 27.º da LBSE (2001):

Formar professores com o perfil necessário à materialização integral dos objectivos gerais da educação; b) Formar professores com sólidos conhecimentos científico-técnicos e uma profunda consciência patriótica, de modo a que assumam com responsabilidade a tarefa de educar as novas gerações; c) Desenvolver acções de permanente actualização e aperfeiçoamento dos agentes de educação” (p.1). "

A formação média normal destina-se à formação de professores de nível médio que possuam à entrada a 9.^a classe do ensino geral ou equivalente, capacitando-os a exercer actividade na educação pré-escolar e ministrar aulas no ensino primário, nomeadamente a educação regular, a educação de adultos e educação especial." (Artigo 29.º da LBSE, 2001, p.12).

Presentemente, esta formação é feita nas chamadas Escolas de Professores, existentes em cada uma das dezoito Províncias do País. De salientar que se verifica uma demanda crescente dessas Escolas de formação de professores por parte da juventude emergente de ambos os sexos.

O Ensino Superior Pedagógico, de acordo com o artigo 30.º da LBSEA (2001),

destina-se à formação de professores de nível superior, habilitados para exercerem as suas funções, fundamentalmente no ensino secundário e eventualmente na educação pré-escolar e na educação especial. Este ensino destina-se também à agregação pedagógica para os professores dos diferentes subsistemas e níveis de ensino, provenientes de instituições não vocacionados para a docência. (p.12)

1.3.1. Educação de Adultos

De acordo com o artigo 31.º da LBSE (2001), o subsistema de educação de adultos constitui um conjunto integrado e diversificado de processos educativos baseados nos princípios, métodos e tarefas da androgenésica e realiza-se na modalidade de ensino direto e/ou indireto. Segundo o número dois do mesmo artigo, o subsistema de educação

de adultos visa a recuperação do atraso escolar mediante processos e métodos educativos intensivos e não intensivos, estrutura-se em classes e realiza-se em escolas oficiais, particulares, de parceria, nas escolas polivalentes, em unidades militares, em centros de trabalho e em cooperativas ou associações agro-silvo-pastorais, destinando-se à integração socioeducativa, económica do indivíduo a partir dos 15 anos de idade.

Nos termos do artigo 33.º da LBSE (2001), o subsistema de educação de adultos estrutura-se em:

- a) Ensino primário, que compreende a alfabetização e a pós-alfabetização;
- b) Ensino secundário, que compreende o 1.º e o 2.º Ciclos. (p.13).”

O primeiro e o segundo ciclos do ensino secundário organizam-se nos moldes previstos nos n.º 1 e 2 do artigo 20.º da LBSE (2001). O subsistema de educação de adultos tem uma organização programática, de conteúdos e de metodologias de educação e de avaliação, bem como a duração adequada às características, necessidades e aspirações dos adultos.

O artigo 32.º da LBSEA (2001) prevê os objectivos específicos do subsistema de educação de adultos, que são:

- a) Aumentar o nível de conhecimentos gerais mediante a eliminação do analfabetismo juvenil e adulto, literal e funcional;
- b) Permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, na dupla perspectiva de desenvolvimento social, económico e cultural, desenvolvendo a capacidade para trabalho através de uma preparação adequada às exigências da vida activa;
- c) Assegurar o acesso da população adulta à educação, possibilitando-lhe a aquisição de competências técnico-profissionais para o crescimento económico e o progresso social do meio que a rodeia, reduzindo as disparidades existentes em matéria de educação entre a população rural e a urbana numa perspectiva de género;
- d) Contribuir para a preservação e desenvolvimento da cultura nacional, a protecção ambiental, a consolidação da paz, e reconciliação nacional, a educação cívica, cultivar o espírito de tolerância e respeito pelas liberdades fundamentais;
- e) Transformar a educação de adultos num pólo de atracção e de desenvolvimento comunitário e rural integrado, como factor de actividade socioeconómica e para a criatividade do indivíduo (p.13).

Diferente do ensino geral e normal, o ensino de adultos tem uma organização programática de conteúdos mais voltados ao mundo adulto. Assim, as metodologias de educação e a avaliação aplicadas a este subsistema de educação também são

diferenciadas e adequadas às características, necessidades e aspirações dos adultos, conforme já tivemos oportunidade de nos referir. É de salientar que em Angola a vontade de estudar, para quem é menos literato, só abunda na camada proletária. A camada camponesa que grassa no meio rural não é propensa ao estudo. Existe sempre probabilidades de que os camponeses alfabetizados caiam de novo no analfabetismo, depois de algum tempo de inatividade escolar. Os lenitivos para aprendizagem literal são manifestamente escassos.

Não muito diferente das dificuldades que o ensino de adultos enfrentava no momento da guerra, no actual momento as principais dificuldades que se constataem neste subsistema de ensino consiste na ausência de espaços físicos adequados. Tal como em outros níveis de ensino, este também carece de investimentos e de uma administração pedagógica mais eficiente. (Nguluve, 2010, p. 112)

O Subsistema do ensino superior, de acordo com o artigo 35.º da LBSEA (2001), visa “a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de actividade económica e social do País, assegurando-lhes uma sólida preparação, científica, técnica, cultural e humana” (p.13). Atinge-se o ensino superior depois de satisfazer o ensino geral ou um curso médio da mesma especialidade técnico-científica.

O ensino superior está estruturado em graduação e pós-graduação. A graduação, por sua vez, subdivide-se em bacharelato e licenciatura. O bacharelato, segundo o n.º 2 do artigo 38.º da LBSEA (2001), visa permitir "ao estudante a aquisição de conhecimentos científicos para o exercício de uma actividade prática no domínio profissional respectivo, em área a determinar, com carácter terminal" (p.15).

O curso do bacharelato corresponde a ciclos curtos, com a duração de três anos. A licenciatura corresponde a uma formação mais alargada, de quatro a seis anos. O curso de Medicina humana vai até sete anos de duração e ainda, de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, a licenciatura tem como objectivo a "aquisição de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais dentro do ramo do conhecimento respectivo e a subsequente formação profissional ou académica específica" (p.15).

A pós-graduação está estruturada em mestrado académico, de dois a três anos de duração, que visa essencialmente enriquecer e desenvolver competências técnico-profissionais do indivíduo licenciado. O doutoramento, com a duração de quatro a cinco

anos, visa proporcionar, segundo o n.º 6 do artigo 39º da LBSE (2001), a " formação científica, tecnológica ou humanística, ampla e profunda aos candidatos diplomados em curso de licenciatura e/ou mestrado" (p.15).

São objectivos do subsistema do ensino superior, nos termos do artigo 36.º da LBSE (2001):

- a) Preparar os quadros de nível superior com formação científico-técnica, cultural num ramo ou especialidade correspondente a uma determinada área do conhecimento;
- b) Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica, orientada para a solução dos problemas postos em cada momento pelo desenvolvimento do País e inserida no processo dos progressos da ciência, da técnica e da tecnológica;
- c) Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação na produção;
- d) Realizar cursos de pós-graduação ou especialização para a superação técnico-científica dos quadros do nível superior em exercício nos distintos ramos e sectores da sociedade;
- e) Promover a pesquisa e a divulgação dos seus resultados para o enriquecimento e o desenvolvimento multifacetado do País (p.14).

O ensino superior, em Angola é praticado em Universidades ou Institutos Superiores, Academias e Escolas Superiores, estatais e privadas (Artigo 40.º da LBSEA, 2001).

O Estado conta com sete Universidades, distribuídas igualmente em sete divisões académicas. As Universidades e Institutos Superiores de natureza privada são também numerosos, principalmente em Luanda, capital do País. Segundo o artigo 41.º da LBSEA (2001), o Estado

fomenta e apoia as iniciativas à colaboração entre entidades públicas e privadas no sentido de estimular o desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia. O Estado deve criar condições para a promoção de investigação científica e para a realização de actividades de investigação no ensino superior e nas outras instituições vocacionadas para o efeito. (p.16)

1.4. Polidocência e Monodocência

Em Angola, a monodocência pratica-se no ensino primário do subsistema do ensino geral, no subsistema do ensino pré-escolar e na fase primeira do subsistema do ensino de adultos (alfabetização). Em todos os outros níveis e subsistemas, pratica-se a polidocência.

No ensino primário, a população estudantil é de tenra idade. A matéria a lecionar é vasta e pouco concisa. O professor enfrenta dificuldades em cumprir com os diversos programas curriculares. As crianças e adolescentes só tem a “lucrar” em ter o mesmo educador durante todo o tempo letivo e existe um conforto de parte a parte ao longo do processo educativo (Nguluve, 2010).

A monodocência torna-se universalmente conflituosa quando a matéria a dar é um tanto abrangente e delicada e com alguma responsabilidade no processo ensino/aprendizagem. O número de disciplinas nestas classes é maior. O professor não tem uma preparação especial para lecionar várias disciplinas nem beneficia de uma remuneração adicional como compensação do esforço extra que é obrigado a apresentar. É, simplesmente, um dente desajustado que se introduziu na engrenagem do Sistema Educativo, a nível do Ensino Primário do subsistema do Ensino Geral.

Tal como refere Nóvoa (2009), "não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem pedagógica, sem uma adequada formação de professores " e, concomitantemente a esta afirmação, Zau (2005), acrescenta que este modelo de formação de recursos humanos ainda falha se houver falta de materiais didáticos adequados, falta de formação pedagógica apropriada, falta de vontade política, falta de apoio das populações e das diferentes elites existentes no país.

Pode dizer-se que os esforços que estão a ser envidados nas Escolas de Formação de Professores só darão resultado palpável num futuro próximo, caso a complexidade educacional, social e até cultural do país evolua para o melhor.

1.5. Reforma Educativa em Angola

Segundo o dicionário Aurélio (2001), «reforma» apresenta os significados de dever de reformar, ato ou efeito de reformar ou reformação. Além disso, atribuem-se também a «reforma» o significado de mudança, modificação, reformação, formar nova expectativa, (Ferreira, 2004).

De acordo com esses conceitos entendeu-se que a reforma implica uma modificação e uma transformação. No âmbito escolar, a reforma está voltada para mudanças, tanto curriculares, estruturais quanto funcionais (Marx & Engels, 2006).

Com a realização do Primeiro Congresso do Partido (MPLA) no poder em 1977, foi definida e aprovada uma nova Política Educativa. Esse ato transformou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho (MPLA/PT) como força política dirigente do país, que tinha como objectivo de responder às necessidades enfrentadas na consolidação da Independência Nacional (Correia, 1996).

Desta forma, criaram-se as bases regulamentadoras da primeira reforma educativa e de sua implementação. Em virtude de sua programação no ano que seguia o de 1977, foram assinados vários acordos que aumentaram o efetivo de professores estrangeiros, designados como «cooperantes», vindos das repúblicas socialistas. Este período é também de grande instabilidade político-militar, em razão da guerra civil, fator defendido por muitos responsáveis da educação como causa da ausência de um debate público sobre a problemática da educação que seria implementada e o tipo de sociedade que produziria.

Faz-se ainda necessário lembrar que muitos países que programaram reformas no campo educativo, tiveram o mesmo pensamento (Teixeira, 2011). No entanto, as políticas educacionais não foram bem-sucedidas tendo em conta às condições escassas de recursos humanos e materiais para levar avante as propostas estabelecidas nos documentos e diretrizes.

1.5.1. Primeira Reforma Educativa em Angola (1978)

A proposta da primeira reforma educativa de 1978 abarca quatro princípios. Esses princípios segundo Marques (2007) são:

1. A lógica da dialéctica da qualificação;
2. A justificativa pela busca da qualidade;
3. A temática da descentralização, participação e autonomia;
4. O princípio e processo de flexibilização.

Contudo, em tempo de guerra e de um país que acabava de se erguer não foi possível o cumprimento destes pressupostos na primeira reforma educacional de 1978. Acredita-se que, a reforma do ensino implementado era uma resposta às carências educacionais

e à necessidade de atualização do ensino exigido pela sociedade na época, orientando-se pelas tendências políticas que governavam o país. Na realidade, a reforma não conseguia superar a prática pedagógica existente. A título de exemplo, continuava a existir o ensino baseado na memorização e permanecia o uso da vara em salas de aula, quando a resposta não era, conforme os manuais. Não existiam professores em quantidade e qualidade para suprir as necessidades exigidas pela reforma, conforme o relatório do diagnóstico do sistema educativo (MED, 1986).

As propostas sociais, educacionais e políticas presentes nos documentos da reforma de 1978 não ofereciam orientações aos poucos professores pobremente formados, ensinando-os a agir diante das mudanças ocorridas na estrutura e nos conteúdos propostos. Essa situação se agudizava a cada dia, pelo fato do país não possuir uma estrutura educativa capaz de solucionar os problemas da época, conforme sustenta o relatório do diagnóstico do sistema educativo do MED (1986).

Espírito Santo (2000) afirma que não havia garantia da continuidade das políticas educacionais na reforma educativa de 1978. A razão do afirmado relaciona-se à carência de uma ideia-força ou eixo central da mudança, do ponto de vista pedagógico e político. Essa crise de qualidade apresentava-se em diversos níveis e aspectos, tais como em nível administrativo e pedagógico. Segundo Peterson (2003), os cargos de direção das escolas eram alcançados por via de afiliação partidária. Em decorrência, muitas escolas do Ensino Médio Normal da Educação e Pré-Universitárias eram administradas por um diretor com 8ª série e, as do ensino básico por um diretor com a 6ª série. Assistia-se também professores com formação política a lecionarem nas séries superiores a sua formação académica.

1.5.2. Segunda Reforma Educativa angolana (2001)

A reformulação do sistema de ensino em Angola no início do novo milénio é, de um lado, consequência do diagnóstico realizado pela equipe do Ministério da Educação em 1986 que constatou falhas na organização do sistema do ensino e no rendimento académico dos alunos. Por outro lado, é também consequência de acordos ratificados

pelo governo de Angola tais como: a declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien de 5 a 9 de Março de 1990) e o Fórum Mundial de Educação para Todos (Dakar, 26 a 28 de Abril do ano 2000). Estes estabelecem metas a serem cumpridas por cada país até o ano de 2015, conforme sustenta Ngamba (2012). Essas metas levaram muitos países do mundo a programarem políticas educacionais que estimulem as matrículas escolares.

Entretanto, reformular o sistema ensino, nem sempre é sinónimo de melhoria da educação, porém é resultado de convicções políticas, conforme assinala Heyneman (2007), pois a melhoria no ensino pode acontecer em todos os momentos. Segundo o autor, existem duas categorias de reforma educacionais. A primeira categoria compreende aquelas mudanças resultantes de forças exógenas sobre as quais o sistema educacional não tem nenhum controlo. A segunda categoria busca a melhoria na educação, desafiando as estruturas tradicionais, ou seja, são mudanças provocadas por forças internas.

Ball (2011) chama atenção para as mudanças nos sistemas educacionais em diferentes contextos que muitas vezes não alcançam os objectivos educacionais da mesma forma. Com isso há uma necessidade de fazer uma análise cuidada dos aspectos locais observando os diferentes níveis de aplicação e do espaço de manobra existente.

O Ministério da Educação (2004) reformulou o sistema do ensino assinalando que:

A débil qualidade do ensino de base constituía-se como impasse do sistema educacional do país, conseqüentemente a permanência de índices elevados de analfabetismo e o aumento da pobreza das populações. O ensino acarretava profundas distorções nos seus principais dispositivos tais como o currículo, o processo de ensino e aprendizagem, corpos docente e discente, administração e gestão de recursos materiais escolares provocadas por erros de concepção e implementação de mudanças que levaram à extinção do ensino colonial. (LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, 2001).

Segundo o referido relatório, a reformulação do sistema do ensino esteve fundamentada em um conjunto de decisões estratégicas a serem concretizadas até 2025. Para o referido documento, a concretização dessas decisões está relacionada com fatores como:

- a) valores e comportamentos dominantes na sociedade;
- b) a recomposição da sociedade civil;

- c) atitudes e comportamentos da juventude e;
- d) o papel da mulher na sociedade (RELATÓRIO ANUAL DO MINISTÉRIO EDUCAÇÃO, 2004).

Finalmente em 2002, a guerra civil que durou quase três décadas, conheceu o seu fim. Com a chegada da paz, o país começou a apresentar avanços em todos os sectores e a situação em nível político e económico começou a conhecer melhorias consideráveis (Zau, 2013).

Nesse período, foi aprovado o Despacho de nº 67/03 que cria a Comissão Preparatória do Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Educação dedicado à Reforma Educativa. Os resultados saídos da comissão permitiram a elaboração e promulgação do Decreto executivo n.º 18/04 de 16 de Janeiro, que extinguiu as escolas do 1º, 2º e 3º grau do Ensino de Base, que passaram a ser designados por Ensino Primário e Ensino Secundário do Primeiro Ciclo. Também, intensificou-se a reconstrução da infraestrutura escolar em todas as províncias do território nacional.

1.6. Organização do Currículo em Angola

O Plano de Estudos do Ensino Primário comporta um conjunto de dez disciplinas consideradas fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e multifacetado das crianças, distribuídas em função do nível de escolaridade e que de seguida apresentamos:

Tabela nº 1 – Horário semanal

Disciplinas	HORÁRIO SEMANAL					
	1ª Classe	2. ^a Classe	3. ^a Classe	4. ^a Classe	5. ^a Classe	6. ^a Classe
Língua Portuguesa	9	9	9	9	8	8
Matemática	7	7	7	7	6	6
Estudo do meio	3	3	3	3	-	-
Ciências da Natureza	-	-	-	-	4	4
História	-	-	-	-	2	2
Geografia	-	-	-	-	2	2
Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	2	2
Educação Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
Educação Musical	1	1	1	1	1	1
Educação Física	2	2	2	2	2	2

Fonte: currículo de educação do ensino primário

- Nas quatro primeiras classes existem 6 disciplinas com uma carga horária semanal uniforme de 24 tempos letivos.
- Nas duas últimas classes existem 9 disciplinas com uma carga horária semanal uniforme de 29 tempos letivos.

Ao terminar o Ensino Primário, com um ano letivo estimado de 30 semanas, o Plano de Estudo prevê uma carga de 4 620 tempos letivos.

1.7. A Gestão e a Administração Escolar

A escola é uma instituição prestadora de serviços que atende o elemento humano, tendo como matéria-prima o aluno que, além de ser o beneficiário dos serviços prestados por ela, é também participante da sua elaboração.

A Administração Escolar não é realizada pelo esforço de uma única pessoa, mas sim com o esforço de um grupo, em que a última palavra deve ser dada pelo diretor que no topo dessa hierarquia, é aceito como o representante da lei e da ordem, sendo responsável pelo controle e supervisão das atividades desenvolvidas em uma escola.

Para uma boa administração escolar a direção deve sempre ouvir os intervenientes do processo de ensino (pais e professores) para saber deles quais os passos a seguir, para elaboração de uma melhor estratégia, a escola deve estar estruturada em bases

democráticas, apoiada na participação da comunidade. Deste modo, a escola conseguirá uma adesão maior dos pais dos alunos, que terão um contacto mais próximo com os problemas educacionais de seus filhos.

Para que aconteça uma administração verdadeiramente democrática, é necessário que todos envolvidos, de maneira direta ou indireta, no processo escolar estejam conscientes da importância de sua participação, nas decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola, a fim de promover uma racionalidade interna e externa da escola (Luck, 2013).

Na administração escolar, existem normas para que seja estabelecido um padrão, a partir do qual é garantido o controlo e a hierarquia das ações no interior de uma unidade escolar.

Para que uma Administração Escolar tenha sucesso ela deve iniciar logo por examinar a própria especificidade do processo de trabalho existente na instituição, saber concretamente qual a realidade da escola, dos seus alunos e professores para assim saber atuar de forma sabia e que beneficie a todos.

A administração escolar realmente comprometida com a transformação social tem a necessidade de estar constantemente procurando os objectivos, para atenderem os interesses do seu público, os pais e alunos que compõem a comunidade a qual ela serve, e a exposição clara dos objectivos é uma condição, importante para que a escola caminhe de forma a atender a sociedade. É ainda necessário que haja preocupação com os interesses da comunidade, devendo a administração conhecê-los o mais rigorosamente possível, surgindo assim a necessidade de produzir mecanismos que possibilitem a expressão e a participação dos membros da comunidade na escola.

Os interesses pessoais refletem a atitude dos indivíduos em relação a suas condições concretas de existência. Mas, na medida em que os indivíduos ocupam a mesma posição em relação aos meios de produção, e são, por conseguinte, membros de uma mesma classe social, têm também interesses comuns, de classe que não são uma soma de seus interesses pessoais, mas exprimem a atitude de um grupo social acima dos interesses estritamente pessoais, em relação a sua existência de classe, um líder deve sempre pensar no interesse da coletividade (Vazquez, apud Paro, 2006).

A “coordenação” do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais, fundamentada na participação coletiva, é de extrema relevância na instalação de uma administração democrática no interior da escola. É através dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos sectores participem efetivamente de tomada de decisões, já que estas não se concentram mais nas mãos de uma única pessoa, mas na de grupos ou equipas representativos de todos. É necessário, entretanto, que essa representação autêntica e que estejam sempre funcionando adequadamente os mecanismos mais eficientes de expressão das ideias e de intercâmbio de informações (Ribeiro, 2005).

Falando da realidade do país e concretamente da escola onde se enquadra a nossa investigação, podemos verificar que atualmente é quase total a ausência de participação das comunidades nas questões da escola, principalmente das classes sociais mais pobres, que se tornam mais distantes das orientações sobre o desempenho escolar de seus filhos. Isso porque muitas vezes os pais são analfabetos, trabalham em locais distantes de casa, muitas vezes passam dias fora de casa (vão a caça, a lavra) e como são de classe social pobre não têm dinheiro para pagar uma explicação para o filho. Para que aconteça essa participação da comunidade, é necessário que a escola crie condições concretas, favorecendo o exercício efetivo da participação, desenvolvendo um clima amigável propiciando a prática de relações humanas sinceras e solidárias no interior da instituição escolar.

1.8. Papel do Diretor

A função do diretor é muito complexa, abrangendo os aspectos de autoridade escolar: o de educador e o de administrador (Dias, Apud, Meneses, 1998). Como responsável pela escola, o diretor é o responsável por tudo o que acontece na escola, sendo seu representante legal e a pessoa que personifica a instituição.

O diretor como educador, é muito importante que conheça a atividade técnica executada pela equipe que esta sob o seu comando, assim fica muito mais fácil no processo de tomada de decisão, uma vez que compreenderá melhor aqueles que estão sob seu comando.

A administração não é um processo desligado da actividade educacional, mas, ao contrário, acha-se inexplicavelmente envolvido nela, de tal forma que o director precisa estar sempre atento às consequências educativas de suas decisões e actos. Quando desempenha sua função, ou decide alguma coisa, o director é antes de tudo um educador, preocupado com o bem-estar dos alunos, e não apenas um administrador em busca de eficiência. (Dias apud Meneses, 1998, p. 274)

Como administrador, o diretor deve assumir a liderança, assegurando a conquista dos objectivos da escola, planejando, organizando o trabalho, coordenando os esforços e avaliando os resultados.

Quando o diretor é dedicado e capaz, ele encontra sempre meios para remediar as eventuais deficiências de sua escola.

Segundos (Dias apud Meneses, 1998) existem três estilos de diretor: o autocrático, democrático e *laissez-faire*.

- O diretor autocrático é aquele que se coloca no centro das decisões, impondo seus pontos de vistas, preferindo errar sozinho a aceitar com o auxílio de outras pessoas;
- O democrático é o diretor que é ciente de sua responsabilidade pela escola, mas da oportunidade de expressão para a equipa, valorizando a participação de todos na tomada de decisões; e
- O diretor *laissez-faire* é aquele que deixa o grupo à vontade, para decidir por sua própria conta os assuntos de seu interesse.

Em geral, não é necessário que o líder escreva um tratado ou faça longos discursos sobre o tipo de liderança que adopta. Sua maneira de agir fala mais alto do que demoradas explicações. A técnica de liderança democrática, principalmente, revela-se pela teoria da acção. Palavras, apenas, não são convincentes. (Sperb, 1976, p. 38)

A função do diretor deve ser desempenhada por um pedagogo com habilitação em administração escolar, com conhecimento profundo em administração e no campo pedagógico.

A direção é um dos fatores mais importante para a normalidade dos trabalhos e consecução dos objectivos da escola. O diretor cumpre sua medida em que orienta, estimula e facilita o desempenho de professores, funcionários e alunos.

A administração, porém, não é privilégio de uma pessoa, mas função que se reparte entre todos os participantes do empreendimento, sob liderança do diretor. Só o esforço conjunto e harmónico pode levar a escola a alcançar seus objectivos.

Considerando a complexidade e a importância da tarefa do diretor, o mesmo deve ser qualificado e também um profissional digno da confiança de toda a comunidade.

O diretor possui direito e deveres e, como servidor, ele deve atender alunos, pais, professores e servidores de apoio da escola e os demais órgãos superiores, associações auxiliares da escola, do bairro, das igrejas, do município e o entorno escolar.

Sendo o diretor responsável legal da escola, tem papel imprescindível na elaboração do regimento escolar, garantindo o funcionamento da instituição, tanto nos aspectos administrativos e pedagógicos.

Há pelo menos duas razões fundamentais para que a posição do director de escola não seja meramente a de administrador, mas a de líder: a natureza peculiar da actividade escolar, que exige um tratamento mais refinado que o que pode ser observado em outros ambientes de trabalho, e as atribuições do director, que incluem outros aspectos além do simples administrador. (Dias apud Meneses, 1998, p. 276)

Diante das suas responsabilidades, o diretor deve executar seu trabalho objetivando os melhores resultados para toda a comunidade escolar e assim alcançarem os objectivos da instituição.

O gestor deve cumprir as normas do Estatuto do Ministério; o Estatuto do Funcionário Público e as Normas Internas das Direções províncias e Municipais da Educação.

Segundo Sperb (1976), em consequência da formação de um conteúdo mais amplo da administração escolar, o diretor tem inúmeras responsabilidades que, para serem realizadas com sucesso, o mesmo deve possuir qualidades pessoais como distintas do administrador.

- Tomar decisões e elaborar regras de trabalho, fornecendo informações a autoridades superiores, colaborar com as mesmas e executar o que foi decidido realizar;
- O director deve formar e renovar sempre a sua equipe pedagógica, enfrentando e analisando em conjunto situações complexas, como as praticas e problemas profissionais, bem como administrar as crises e os conflitos interpessoais;
- Incentivar a participação activa de todos, promovendo a participação na administração escolar, como na elaboração de um projecto da instituição, na administração de recursos da escola, coordenar, dirigir a escola com todos os seus parceiros. Organizar e fazer evoluir, no âmbito escola, a participação de todos;
- Também é de responsabilidade do director informar e envolver os pais, fazendo com que eles participem de reuniões e, dessa maneira, obterem informações e debates de determinados assuntos, realizar entrevistas para conhecê-los melhor e envolvendo-os gradualmente na construção dos conhecimentos de seus filhos. Deve utilizar novas tecnologias, aprimorando e facilitando o seu trabalho;
- O director deve administrar sua própria formação contínua, mantendo-se actualizado, buscando sempre novos conhecimentos e práticas;
- O director deve enfrentar os deveres e os dilemas éticos da sua profissão, prevenindo a violência na escola e também fora dela. Lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, sociais e étnicas e participar da criação de regras comuns de vida referentes à disciplina na escola, às sanções e a apreciação de conduta;
- É de responsabilidade do director analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em aula. Desenvolver o senso de responsabilidade, o sentimento de justiça e a solidariedade;
- Como representante do poder público na unidade escolar, deve programar com a equipe, as políticas educacionais. Também deve actuar com técnicas, para que a escola cumpra sua missão e introduzir as inovações necessárias baseadas na legislação. Inovações essas com base nas modernas teorias, tais como: liderança, decisões, participação, iniciativa e criatividade; e
- Cabe ao director buscar constantemente a satisfação do todo, trabalhar com a realidade do aluno e da comunidade e que através de seu bom trabalho, convença a todos de que a educação, quando é bem administrada, leva à qualidade e à igualdade do ensino e que a educação é investimento que garante um futuro melhor.

Sendo a liderança na escola uma característica inerente à gestão escolar pela qual o gestor mobiliza, orienta e coordena o trabalho de pessoas para aplicarem o melhor de si na realização de ações de carácter sociocultural voltadas para a contínua melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, ela se assenta sobre uma atitude proactiva e pelo entusiasmo e elevadas expectativas do gestor em sua capacidade de influenciar essa atuação e seus resultados (Luck, 2012).

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Introdução

Este trabalho de investigação tem como objectivo a avaliação dos fatores que incidem no ensino da matemática na 2ª classe da escola Primária Saídy Mingas – Benguela – Angola.

Os objectivos específicos permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais. Demonstram o objectivo geral, pelo que terão de se formular em termos operativos, o que deixará avaliar a sua concretização. Serão suscetíveis de serem atingidos a curto prazo e o seu enunciado não dará lugar a ambiguidade de interpretação, sendo, sempre que possível, quantificados, (Sousa & Baptista, 2011).

Os objectivos específicos deste trabalho são os seguintes:

- Compreender os fundamentos teóricos que sustentam o sucesso escolar;
- Problematizar o currículo do ensino primário;
- Mostrar os principais fatores que estão na base do insucesso escolar na disciplina de matemática na 2ª classe da escola em referência;
- Sugerir melhorias para impulsionar o ensino da matemática na escola em referência.

O problema é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa. Depois de definido o tema, levanta-se uma questão para ser respondida através de uma hipótese, que será confirmada ou negada através do trabalho de pesquisa (Gil, 2010).

O nosso trabalho de investigação tem a seguinte problemática:

- Como contribuir para melhorar o sucesso escolar na disciplina de Matemática na 2ª Classe da Escola Primária Saídy Mingas em Benguela?

2.1. Metodologia

A metodologia pode ser definida como o conjunto de critérios e métodos utilizados para se construir um saber seguro e válido (Sakamoto & Silveira, 2014).

A metodologia da pesquisa define a maneira como o estudo se desenvolverá para buscar alcançar uma resposta ao problema de pesquisa.

Para a presente investigação, utilizaremos a triangulação pois, esta metodologia visa combinar os dois enfoques (quantitativo e qualitativo). Combinar estes enfoques pode nos proporcionar uma base contextual mais rica, para interpretação e validação dos resultados.

A triangulação é uma estratégia de pesquisa baseada na utilização de mais de um método para investigar um mesmo fenómeno (Marconi & Lakatos, 2009).

A metodologia quantitativa busca objetividade e pretende traduzir em números as opiniões e informações coletadas para serem classificadas e analisadas. Deste modo, utiliza-se a linguagem matemática para explicar os factos através de técnicas estatísticas. Ao passo que a metodologia qualitativa é aquela que considera a subjetividade, a descoberta e a valorização da visão que os sujeitos têm do fenómeno.

2.2. Métodos e Técnicas

Partindo da concepção de que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento.

Lakatos e Marconi (2007) afirmam que a utilização de métodos científicos não é exclusiva da ciência, sendo possível usá-los para a resolução de problemas do quotidiano. Destacam que, por outro lado, não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

Adequaram-se a nossa investigação, o método estatístico que nos permitiu a análise estatística das informações. (Prodanov & Freitas, 2013).

No que se refere a técnica de coleta de dados usamos o inquérito por questionário e a entrevista. Contudo as perguntas do inquérito serão analisadas através do programa SPSS (*Software Statistical Package for the Social Sciences*) e as questões da entrevista serão analisadas através da análise do discurso.

2.2.1. Análise do discurso

Consiste num recurso técnico para análise de dados provenientes de mensagens escritas ou transcritas, no nosso caso das mensagens vindas da literatura, dos documentos da rede de ensino e das falas dos professores ou alunos (Molina & Trivinos, 1999).

Segundo Minayo (1998 citado por Molina e Trivinos, 1999), existem diferentes tipos de análise de discurso. No nosso caso, optámos pela análise de discurso de expressão pois analisamos as expressões dos nossos inquiridos a respeito da problemática levantada.

Tivemos que trabalhar com alunos, professores, encarregados de educação e a direção da escola para que nos fornecessem as informações precisas de formas a darmos credibilidade ao nosso estudo, assim pudemos auscultar deles alguns fatores que eles julgam estar na base do insucesso escolar na disciplina de matemática.

2.2.2. Inquérito por Questionário e Entrevista

Elaborou-se o inquérito por questionário a partir das questões de investigação e dos objectivos traçados. Atendendo o número de elementos envolvidos na investigação, optou-se por incluir especialmente questões de respostas fechadas. Quanto ao tipo de entrevista optou-se pela semiestruturada.

O inquérito por questionário é um instrumento estruturado em forma de formulário, no qual são apresentadas questões sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre o assunto em estudo (Marconi & Lakatos, 2009).

As questões podem ser abertas (quando o pesquisado pode expor livremente o seu pensamento) ou fechadas (quando o pesquisado deve escolher uma ou mais respostas já identificadas no formulário). As perguntas devem ser apresentadas de modo objectivo para evitar respostas duvidosas, ambíguas ou lacónicas, que dificultarão o entendimento do pesquisador sobre o pensamento do sujeito de pesquisa.

A entrevista é uma técnica bastante utilizada em Ciências Humanas Sociais e define-se como uma situação de interação entre pesquisador e pesquisado. Essa técnica possibilita variações de acordo com o modo como a entrevista é estruturada:

- Ela pode ser desestruturada ou livre, permitindo que o participante fale livremente sem ser interrompido ou inquerido sobre aspectos especificados;
- Pode ser semiestruturada ou semidirigida, o que supõe uma participação parcial do pesquisador que pode interferir em alguns momentos, introduzindo questões específicas durante a conversação; e
- Pode ser estruturada ou dirigida de modo que o pesquisador mantenha a direção da situação, apresentando as questões em ordem pré-estabelecida (Gil, 2008).

2.2.3. Fontes de informação e instrumentos

A presente investigação segue as principais recomendações para a investigação desenvolvimentista (Comings *et al.*, 2000): utilização de vários informadores (alunos, pais e encarregados de educação, professores, direção da escola), recurso a métodos de avaliação (questionário e entrevista).

Foram dirigidos dois questionários, sendo um para os alunos, contendo 4 questões sobre a perceção dos mesmos quanto as dificuldades de aprendizagem na disciplina de matemática (anexo 3) e outro para pais e encarregados de educação, contendo 6 questões, buscamos saber dos mesmos os motivos que estariam na base das dificuldades apresentadas pelos filhos na disciplina de matemática (anexo 4).

Foram igualmente dirigidos dois guiões de entrevistas: um para a direção da escola, contendo 12 questões (anexo 1) e outro para os professores que lecionam a disciplina de matemática na escola Saily Míngas, contendo 11 questões (anexo 2). Para cada questão existe um conjunto de motivos, associados a um grau de importância, tendo em conta os objectivos do trabalho.

Os inquéritos deveriam ser assinalados com um (X) a sua opinião, as questões das entrevistas eram dirigidas e apontadas pelo entrevistador. Tudo foi de carácter anónimo, não havendo respostas certas nem erradas, sendo válida cada opinião.

2.3. Hipóteses

Hipóteses são respostas provisórias que associamos ao problema de investigação. Trata-se de uma solução possível considerada para o problema levantado que podemos elaborar a partir da observação. O investigador, a partir do que ele já sabe sobre o assunto, estabelece uma explicação provisória para o problema escolhido (Sakamoto & Silveira, 2014).

A hipótese é vista como uma solução provisória para o problema, além de ter uma consistência lógica para que possa ser submetida à verificação, a fim de ser comprovada (Lakatos & Marconi, 2000).

A formulação das hipóteses, nesse sentido, parte do que chamamos de repertório do investigador, da observação que ele faz da realidade do conhecimento do contexto em que está inserido seu objecto de estudo. A investigação quando colocada em prática, irá verificar a validade das hipóteses a fim de confirmá-la ou negá-la; por isso, diferentemente do problema de investigação, que é uma questão interrogativa, a hipótese deve ser formulada de forma afirmativa” (Sakamoto & Silveira, 2014, p. 24).

Para responder à pergunta de partida, sugeriu-se as seguintes hipóteses:

- O nível socioeconómico e académico dos pais/encarregados de educação influencia o aproveitamento escolar dos alunos da 2ª Classe da Escola Primária Saídy Mingas – Benguela – Angola;
- Quanto mais baixo é o nível socioeconómico dos alunos, mais baixas são as motivações com relação ao estudo e, conseqüentemente, maior é o insucesso escolar dos alunos da 2ª Classe na Escola Primária Saídy Mingas – Benguela – Angola;
- As fracas condições físicas da escola têm influência no insucesso escolar na disciplina de matemática dos alunos da 2ª Classe na Escola Primária Saídy Mingas – Benguela – Angola.

2.4. População e Amostra

Quadro 2 - População e Amostra

	População	Amostra
Alunos	100	80
Professores	2	2
Direção da escola	4	2
Pais/Encarregados de Educação	100	75

A população consiste num conjunto dos seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum (Lakatos & Marconi, 2007). A escola em estudo conta com 2 turmas da 2ª classe, sendo cada com 50 alunos. Deste modo, a população do presente estudo é constituída da seguinte forma:

O tipo de amostra utilizada nessa investigação foi a amostragem por “acessibilidade ou conveniência” sendo um tipo de amostra que é formada segundo o interesse de seleção do pesquisador, sem qualquer critério de probabilidade nem tamanho da mesma, o investigador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo (Gil, 2008).

2.5. Caracterização do local de estudo

A investigação foi realizada na Escola Primária BG 1163 Saídy Mingas localizada na província e município de Benguela na comuna da Zona A, Bairro Camunda é uma zona suburbana, tem o nome de um Herói da luta de libertação Nacional, ao Norte situa-se a zona C ao sul e a Oeste a zona B e ao Este com o Município de Caibambo. Conta com uma área de 610 km², com uma população de 4085 habitantes deles 2859 tem a idade escolar, representa 70 % do total, a situação de guerra em Angola fez com que a população seja muito jovem.

A Escola conta com 8 salas de aulas e funciona em dois períodos das 8 horas as 12 e das 12 horas e 30 minutos as 17 horas e 30 minutos.

A escola conta com uma estrutura de direção que tem um diretor, um subdiretor pedagógico e um diretor administrativo os três apresentam anos de experiência para

exercer a responsabilidade com a qualidade que se precisa na administração do processo de ensino e aprendizagem e uma coordenadora da 2ª classe.

A comunidade tem diferentes religiões e crenças religiosas, conta com 40 igrejas, cinco delas estão localizadas na Camunda entre as religiões estão a católica que representa 60% de seguida, adventista, toco e evangélica.

Na comuna há 13 escolas primárias.

A zona conta com três grupos musicais que representam a cultura tradicional que são Umbundo, Tchilombonde e Otchpuete, os integrantes são os pais dos alunos os quais participam das atividades.

As línguas predominantes são o português e umbundo.

Do ponto de vista económico, a comuna da Camunda, a sua população é maioritariamente composta por funcionários públicos e negociantes. A comuna possui uma cerâmica, 6 padaria, lojas, talhos centros médicos e restaurantes.

Constatou-se que a comunidade não conta com muitos recursos, já que é uma área pouco desenvolvida sem muito que oferecer em função da educação da sua população, primando neste caso o papel da igreja que de uma maneira ou outra tem influência na formação dos cidadãos. É de destacar que, apesar de não ter muito boas condições materiais, há tranquilidade dos cidadãos.

2.6. Fontes e Dificuldades

Para o desenvolvimento desta monografia contamos, com artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses muitos destes retirados na internet.

Considerando a realidade do nosso país e em particular da nossa província, várias são as dificuldades constatadas, desde o ponto de vista de escassez das literaturas com maior relevância as obras clássicas, outrossim não foi fácil recolher os dados, pois há pouca cultura de fornecer dados aos investigadores ou estudantes. Levamos muito tempo para entrevistar os pais, tendo em conta as suas ocupações, uns não queriam participar da entrevista por receio e outros encontravam-se ausentes por questões de trabalho.

Custos avultados na ordem de 35.000,00 para passagem referente as viagens para o local de estudo e para a casa dos pais e encarregados de educação.

A internet em Angola ainda constitui um grande problema porquanto o sinal é baixo algumas vezes e os pacotes de acesso são caros.

Tivemos muita dificuldade na entrevista aos alunos. Entrevistar crianças não é tarefa fácil porque elas distraem-se com facilidade e muitas vezes não se compreendia muito bem o que elas diziam.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

3.1. Análise dos dados obtidos

Como é sabido, o objetivo do presente trabalho recai sobre a avaliação dos fatores que incidem no ensino da matemática na 2ª classe da escola Primária Saídy Mingas – Benguela – Angola.

O insucesso escolar na disciplina de matemática é um flagelo que assola as nossas escolas. Vários autores apontam inúmeras razões para este fenómeno, tentando encontrar soluções e estratégias para combater esta tendência que encontramos no quotidiano das nossas escolas. Nessa instituição, não se registou nenhum estudo do género até à presente data. Por isso, espera-se que este estudo seja uma mais-valia para os alunos que lá estudam.

Para analisar as variáveis que influenciam para a melhoria do sucesso escolar na disciplina de matemática, adotou-se vários fatores: o nível socioeconómico dos pais/encarregados de educação, a profissão, o agregado familiar e o nível de escolaridade, aspetos socioprofissionais dos docentes, como: habilitações académicas e área de formação, intervenção da direção da escola e outros. Para tal, elaborou-se inquéritos dirigidos a direção da escola, aos professores, aos pais/encarregados de educação e aos alunos.

3.2. A Direção da Instituição

A direção da escola, de acordo o organograma, é constituída pelo diretor e subdiretor pedagógico, ambos licenciados em ciência de educação, com idades compreendida de 48 e 50 anos e acarretam uma experiência administrativa que já leva mais de 15 anos.

✓ Visão sobre a aprovação automática

Os mesmos acreditam que a aprovação automática da 1ª a 6ª classe ser algo que não ajuda no desenvolvimento do aluno, uma vez que os torna preguiçosos, estando eles conscientes de que não reprovarão mesmo não sabendo ler e escrever, daí o papel dos pais em acompanharem os filhos em casa de formas a ajudarem os professores neste processo.

✓ Encontros com pais e encarregados de educação

A direção da escola tem tido encontros com os pais e encarregados de educação trimestralmente, para pontualizar o programa letivo e apresentar o aproveitamento dos alunos, mas também a direção tem promovido encontros extraordinários com os pais/professores sempre que se regista um comportamento irregular do aluno, como:

- Comportamento agressivo;
- Mal apresentação nas aulas;
- Mau aproveitamento em termos de aprendizagem e outros.

✓ **Programa de formação aos docentes**

Segundo a direção, a escola não tem proporcionado aos docentes ações de formação contínua, dizem os mesmos que as formações estão a cargo da Direção Provincial da Educação que por sua vez depende do Ministério.

O que existe é um pequeno seminário no início de cada semestre, ministrado pelos técnicos da direção provincial da educação.

✓ **Trabalho com a comunidade educativa**

A escola trabalha com a comunidade educativa recebendo opiniões e doações das ONG`s em termos de materiais didáticos e não só. Mas, ainda assim, a direção lamenta a fraca abertura dos encarregados de educação.

- “Nas reuniões poucos aparecem;
- Muitos dos que aparecem nada dizem apenas limitam-se a ouvir;
- Precisamos que os pais nos ajudem porque estamos sempre abertos.”

✓ **Visão da direção sobre o insucesso escolar na disciplina de matemática**

A direção entende que o insucesso escolar na disciplina de matemática deve-se a vários fatores, como:

- “Não há merenda escolar e as famílias são muito carentes;
- A escola está carente de manuais;

- Não há dotação orçamental para a Escola;
- Em cada sala aula existem 50 alunos; é difícil trabalhar nessas condições;
- Que o Governo crie políticas de fornecimento de merenda escolar porquanto aumenta o sucesso escolar. Muitos alunos ausentam-se das aulas a pois o intervalo;
- Problema de infraestruturas da escola;
- Fracas condições em termos de materiais didáticos;
- Bem como ao fraco apoio das famílias em incentivarem os filhos de formas a ganharem o gosto pela disciplina de matemática.”

Como contributo para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática, a direção da escola tem criado concursos nos feriados nacionais, bem como tardes académicas aos sábados onde está sempre presente a matemática. Mas, ainda assim, a participação dos alunos é muito fraca, porque aos sábados eles fazem outras atividades, tanto em casa como na Igreja e preferem faltar a escola; por outro lado, também vimos pouco incentivo por parte dos pais.

Os sábados académicos devem proporcionar incentivos com prémios, como:

- Bolas de futebol;
- Brinquedos;
- Bens alimentares e outros.

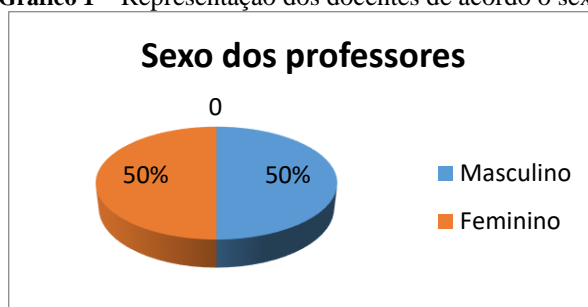
Para isso que isso seja possível, a direção deveria buscar patrocínios dentro da comunidade.

3.3. Docentes da Instituição

Dos dois professores entrevistados 1 é do sexo masculino e outro do sexo feminino.

✓ Representação dos professores de acordo o sexo

Gráfico 1 – Representação dos docentes de acordo o sexo



Existem na instituição 2 professores que lecionam a disciplina de matemática na segunda classe, dos quais 1 é do sexo masculino e outro do sexo feminino.

✓ **Experiência profissional dos professores**

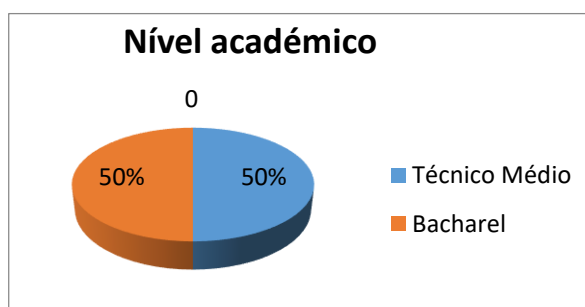
Gráfico 2 – Experiência profissional dos professores



Dos docentes inquiridos pudemos contactar que os mesmos já têm vários anos de experiência o que indica a aptidão dos mesmos, uma vez que já acompanham o processo a vários anos.

✓ **Nível académico dos professores**

Gráfico 3– Nível académico dos professores



Quando ao nível académico dos professores 1 é técnico médio e o outro é bacharel.

✓ **Área de formação dos professores**

Quadro 3 – Área de formação dos professores

Área de formação dos professores	Frequência	Percentagem
Matemática	1	50%
Pedagogia	1	50%
Total	2	100%

Quanto a área de formação dos professores 1 que corresponde a 50% é formado em Matemática e outro que igualmente corresponde a 50% é formado em pedagogia.

✓ **Projeto da reforma educativa de 2001**

Quadro 4 – Projeto da reforma educativa

Reforma educativa	Frequência	Percentagem
Sim	0	0,0
Não	2	100%
Total	2	100%

Pudemos apurar pelas respostas dos professores, 100% disseram que durante o período da reforma educativa os professores não foram consultados, foi decisão tomada ao nível do governo central, onde os principais agentes (alunos, professores e encarregados de educação) não foram consultados.

✓ **Perceção das dificuldades ao lecionar a matemática**

Quadro 5 -- Perceção das dificuldades em lecionar a matemática

Dificuldades ao lecionar	Frequência	Percentagem
Sim	2	100%
Não	0	0,0
Total	2	100%

Os professores entrevistados disseram encontrar dificuldades ao lecionarem a disciplina matemática por falta de condições da própria escola, sendo uma disciplina pratica a escola carece de manuais para os alunos e de materiais didáticos para os professores.

✓ **Perceção sobre o aproveitamento dos alunos na disciplina**

Quadro 6 – perceção sobre o aproveitamento dos alunos na disciplina

Os alunos gostam da matemática	Frequência	Percentagem
Sim	0	0,0
Não	2	100%
Total	2	100%

Buscamos saber no quadro 6 se a maioria dos alunos gosta da matemática, onde os professores entrevistados responderam que “não” ou seja a maioria dos alunos não gostam da disciplina, porque entendem que ela é muito difícil de perceber.

✓ **Visão dos professores sobre o currículo do ensino primário**

Quadro 7 – Visão dos professores sobre o currículo do ensino primário

Currículo do ensino primário	Frequência	Percentagem
Concordo	2	100%
Não concordo	0	0,0
Total	2	100%

Os professores concordam com o currículo do ensino primário, dizem não ser o currículo do ensino primário que está na base dos alunos apresentarem problemas na disciplina de matemática, uma vez que tanto o número de disciplinas bem como a carga horária são aceitáveis e acessíveis para os mesmos.

✓ **Clima na sala de aula**

Quadro 8 – Clima na sala de aula

Clima na sala de aula	Frequência	Percentagem
Bom	0	0,0
Mau	0	0,0
Razoável	2	100%
Total	2	100%

Quanto a questão do clima na sala de aula pudemos apurar dos professores inquiridos que o clima é razoável, ou seja, não é “bom” mas também não é “mau”.

✓ **Motivação dos professores quanto ao trabalho**

Quadro 9 – Motivação quanto ao trabalho

Motivação quanto ao trabalho	Frequência	Porcentagem
Muito motivado	0	0,0
Pouco motivado	2	100%
Não motivado	0	0,0
Total	2	100%

Quanto a motivação dos professores, 100% estão pouco motivados para o trabalho. Precisam de um maior incentivo para o

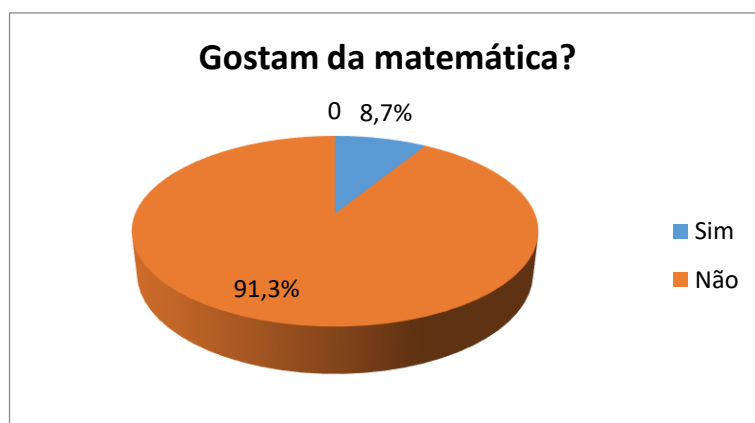
exercício sadio das suas tarefas.

3.4. Alunos da Instituição

Contamos com um número de 80 alunos.

✓ **Percepção dos alunos quanto ao gosto pela matemática**

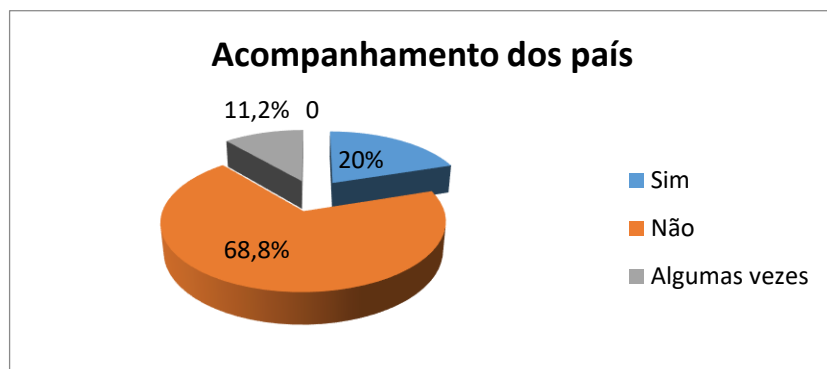
Gráfico 4 – Gosto pela matemática



Dos 80 alunos inquiridos, 91,3% disseram não gostar da matemática por acharem mesma difícil de se compreender e 8,7% disseram que gostam da disciplina. Muitos dos alunos que dizem não gostar da disciplina é consequência de não terem o devido acompanhamento em casa por parte dos pais e encarregados de educação.

✓ Acompanhamento e apoio dos pais

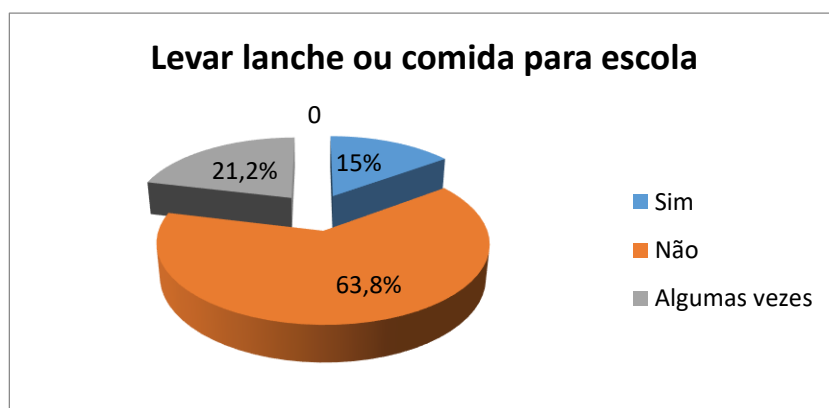
Gráfico 5 – acompanhamento e apoio dos pais



No gráfico 5, vemos que 68,8% dos alunos disseram que não têm ajuda em casa por parte dos pais e encarregados de educação para a resolução dos exercícios que levam como trabalho para casa, 20% têm ajuda e 11,2% algumas vezes. Deste modo, a maioria dos alunos encontram dificuldades na resolução das tarefas, daí a razão dos mesmos não gostarem da disciplina.

✓ Levar lanche ou dinheiro para escola

Gráfico 6 – Levar lanche ou dinheiro para escola

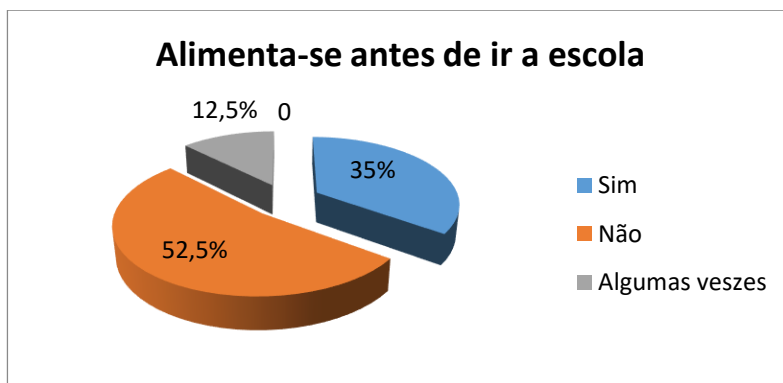


A falta de merenda escolar é uma grande preocupação. 63,8% dos alunos disseram que não levam lanche nem dinheiro para comprarem algo na escola, 15% leva lanche ou dinheiro e 21,3% leva algumas vezes. A falta de alimentação é outra das razões que tem

contribuído para a fraca aprendizagem dos alunos, uma criança com fome dificilmente está motivada para aprender alguma coisa, seja ela qual for.

✓ Alimentar-se antes de ir a escola

Gráfico 7– Comer antes de ir a escola



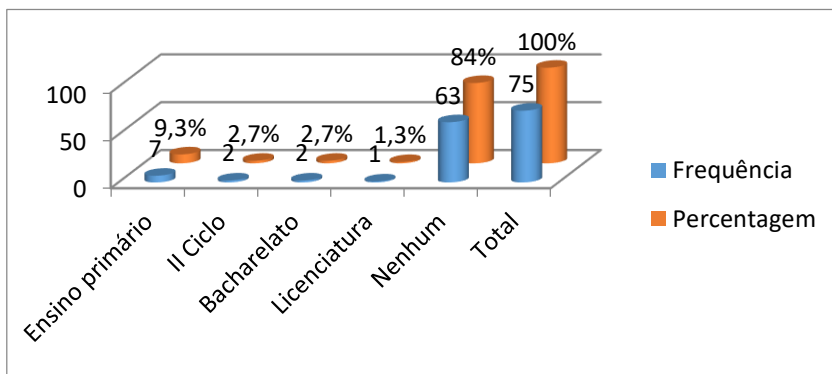
No gráfico 7, constatamos que a maioria dos alunos 52,5% não se alimentam antes de ir á escola, 12,5% alimentam-se algumas vezes e 35% alimentam-se. Esta ainda é uma dura realidade no nosso país, onde crianças vão a escola com fome.

3.5. Pais e encarregados de educação

Contamos com uma população de 100 pais e uma amostra de 75.

✓ Nível académico dos pais e encarregados de educação

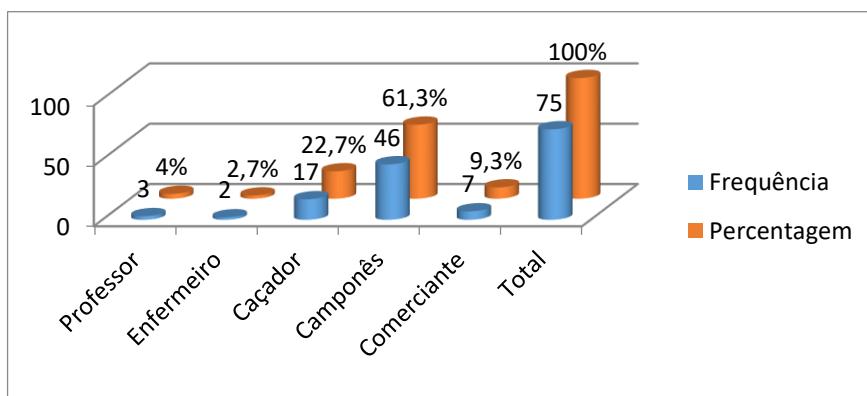
Gráfico 8– Nível académico dos pais e encarregados de educação



A maioria dos pais e encarregados de educação (84%) não têm nenhum nível académico (são analfabetos), 3% têm o ensino primário, 7% têm o II ciclo, 7% o bacharelato e 3% a licenciatura. Com este gráfico pudemos entender a razão da maioria dos alunos não terem acompanhamento em casa para a resolução das tarefas, fica muito difícil para um pai analfabeto acompanhar os trabalhos que os filhos trazem para casa, assim sendo eles devem recorrer a outras pessoas, que muitas das vezes não se encontram disponível.

✓ Ocupação laboral dos pais e encarregados de educação

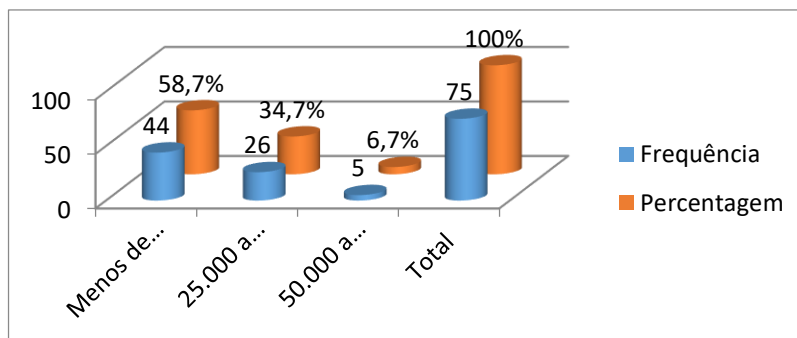
Gráfico 9 - Ocupação laboral dos pais e encarregados de educação



Quanto a ocupação laboral, vimos que a maioria dos pais e encarregados de educação são: camponês 61,3% e caçador 22,7%, professor 4%, enfermeiros 7% e comerciante 9,3%. Os pais têm ocupações que muitas vezes os afasta da convivência dos filhos, daí mais uma das razões que os levam a não auxiliarem os filhos nas tarefas que levam para casa.

✓ Renda mensal dos pais e encarregados de educação

Gráfico 10 – Renda mensal de pais e encarregados de educação

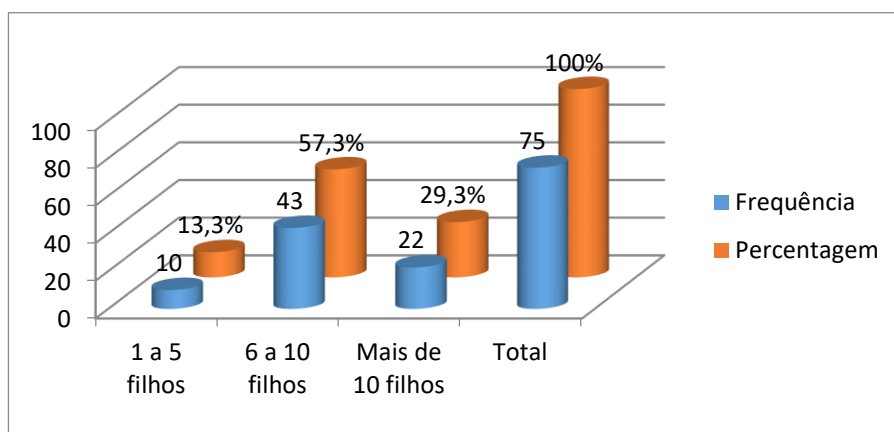


A renda mensal dessas famílias ainda é muito baixa, onde a maioria das famílias inquiridas (58,7%) vive com menos de 25.000,00 kz mensal, valor que não chega para suprir as necessidades das mesmas, 34,7% vive com 25.000,00 kz à 50.000,00 kz, 6,7% vive com 50.000,00 kz à 100.000,00 kz. A renda mensal baixa impossibilita os pais a darem refeições ou dinheiro para os filhos comerem alguma coisa na escola. Isso comprova o que os alunos disseram anteriormente que não têm levado dinheiro para comprar comida no intervalo, e que também muitas vezes vão a escola com fome.

✓ **Agregado familiar**

Gráfico 11

Gráfico 11 - Agregado familiar



Quanto ao agregado familiar, 57,3% das famílias é composta com mais de 5 filhos; 29,3% e composta com mais de 10 filhos e 13,3% 1 à 5 filhos. Número de filhos elevados empobrece ainda mais as famílias uma vez que a renda mensal das mesmas não satisfaz.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Discussão dos resultados

✓ **Estratégias para motivar os alunos as aprendizagens escolares**

O professor na sala de aula é um líder, pois procura influenciar os seus alunos para que estes se interessem pelas aulas, estejam atentos, participem, apresentem comportamentos adequados e obtenham bons resultados escolares. Assim sendo, importa analisar que fatores podem permitir aos professores influenciar os seus alunos.

Segundo French e Raven (1967), podemos distinguir quatro grandes fatores de influência dos professores sobre os alunos:

1. O reconhecimento do estatuto do professor pelos alunos;
2. O reconhecimento pelos alunos da capacidade de recompensar ou de punir do professor;
3. O reconhecimento pelos alunos da competência do professor nos conhecimentos que este lhes pretende ensinar;
4. O reconhecimento de certas qualidades pessoais e interpessoais no professor, apreciadas pelos alunos, desenvolvendo-se processos de identificação.

A identificação do aluno com o professor passa muito pela satisfação obtida na relação estabelecida. No entanto, muitas vezes há uma insatisfação recíproca na relação entre os professores e os alunos. Esta conclusão foi obtida por Gilly (1976) quando investigou as representações recíprocas dos professores e dos alunos, ao verificar que o docente privilegia na sua relação com os alunos os aspectos cognitivos, enquanto estes privilegiam na sua relação com os professores os aspectos afectivos e relacionais. Neste sentido, parece haver um “mal-entendido” na relação pedagógica, sendo importante que os professores se aproximem das necessidades relacionais e de desenvolvimento dos alunos, no sentido de os conseguirem influenciar ou motivar para o alcance dos objectivos da educação escolar no plano cognitivo. No passado, os alunos tinham que se adaptar aos métodos dos professores, mas atualmente o professor deve procurar ir ao encontro dos interesses e da linguagem dos alunos, sendo flexível (de acordo como

provérbio “professor, se eu não aprendo como tu me ensinas, ensina-me de forma que eu aprenda”) e dando o exemplo (um líder não pode funcionar segundo o princípio “faz o que eu digo e não o que eu faço, ele deve ser um exemplo”).

Para potencializar a criação de “laços” com os alunos e a motivação destes, os professores devem evitar o distanciamento e o autoritarismo, devendo, ao contrário, fomentar uma “relação de agrado” (Jesus, 1996).

Especificamente existem diversas estratégias que os professores podem utilizar para motivar os seus alunos para as tarefas escolares:

- Estar entusiasmado pelas atividades realizadas com os alunos, constituindo um modelo ou exemplo de motivação para eles;
- Ilustrar, logo no início do ano letivo, o “porquê?” da sequência dos conteúdos programáticos da disciplina que leciona;
- Explicitar o “para quê?” das matérias do programa da disciplina que leciona, em termos da sua ligação à realidade fora da escola e da sua relevância para o futuro dos alunos;
- Realçar as vantagens que poderão advir para a vida futura dos alunos se estudarem, comparativamente às desvantagens se não estudarem;
- Procurar saber quais são os interesses dos alunos e o nome próprio de cada um deles;
- Criar situações em que os alunos tenham um papel ativo na construção do seu próprio saber (de acordo com o provérbio “se ouço esqueço, se vejo lembro, se faço aprendo”);
- Aproveitar as diferenças individuais na sala de aula, levando os alunos mais motivados, com mais conhecimentos ou que já compreenderam as explicações do professor a apresentarem os conteúdos aos outros alunos com mais dificuldades, contribuindo para uma maior compreensão e retenção da matéria por parte dos primeiros e para a modelação dos últimos;
- Incentivar diretamente a participação dos alunos menos participativos, através de “pequenas” responsabilidades que lhes possam permitir serem bem-sucedidos;

- Utilizar metodologias de ensino diversificadas e que tornem a explicação das matérias mais clara, compreensível e interessante para os alunos;
- Estabelecer as relações entre as novas matérias e os conhecimentos anteriores;
- Partir de situações ou acontecimentos da atualidade ou da realidade circundante para ensinar as matérias aos alunos;
- Levar os alunos a atribuir os seus fracassos a causas instáveis (por exemplo, falta de esforço) e não a causas estáveis (por exemplo, falta de capacidade), de formas a que aumentem as expectativas de sucesso e o empenhamento em situações futuras;
- Recompensarem os alunos quando os mesmos se esforçarem.

✓ **Jogos e brincadeiras para o ensino da matemática**

O aluno, ao participar de atividades com jogos, vê-se diante de certas situações que o levam a pensar e formar conceitos, quando poderão surgir as dúvidas. Desta forma, o professor poderá aproveitar a oportunidade para direcionar didaticamente os conteúdos, organizando, intervindo e estimulando o aluno a adquirir conhecimento.

Silva, afirma que: (2004, p.26) “Ensinar por meio de jogos é um caminho para o educador desenvolver aulas mais interessantes, (...)”. O jogo ajuda no desenvolvimento matemático dos alunos, aproveitando o entusiasmo, para que adquiram novos caminhos com essa importante ferramenta, criando um ambiente que vá despertar o interesse e a motivação (Kishimoto, 2011).

Quando os jogos são utilizados, é possível observar e verificar se os alunos construíram determinados conhecimentos. A participação deles torna-se mais ativa e podemos direcioná-los para que a real dificuldade seja sanada, podendo auxiliá-los à medida que surgem as dúvidas. Percebe-se uma maior motivação para aprender Matemática quando brincam, sem se dar conta, muitas vezes, que também estão adquirindo conhecimentos.

O jogo coloca a criança diante de situações que vão exigir reflexão e compreensão por meio de situações lúdicas, que os incentivam e promovem o aprendizado, desenvolvendo habilidades nas soluções de problemas, assim, “um aluno entenderá

melhor os números, as operações matemáticas e os fundamentos da geometria se puder torná-los palpáveis”, afirma Antunes (1998, p. 71).

Os jogos elaborados certamente irão despertar no aluno o interesse pela disciplina de Matemática, assim que eles perceberem e relacionarem os conteúdos aprendidos com seu cotidiano. As operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão) darão a base necessária no processo que levará o aluno entender outros conteúdos matemáticos mais elaborados. Quando ele adquire uma boa compreensão dessas operações, passará a ter uma noção de lógica que facilitará o entendimento para o processo das situações que surgirem no seu dia-a-dia.

O recurso do jogo em sala de aula é uma maneira de sair da rotina do ensino que os alunos tantas vezes reclamam e passar a desenvolver de modo mais divertido um aprendizado que estimule o raciocínio de forma alegre e descontraída, onde eles aprendem sem desanimar e sem repetições de exercícios. Quando jogamos com nossos alunos, damos recursos e instrumentos úteis ao aprendizado dos mesmos. Podemos perceber isso quando Lara (2003) define:

Quando nós educadores, centramos todos os nossos esforços para que ensinar Matemática seja:

- Desenvolver o raciocínio lógico e não apenas a cópia ou repetição exaustiva de exercícios padrão;
- Estimular o pensamento independente;
- Desenvolver a criatividade e não apenas transmitir conhecimentos prontos e acabados;
- Desenvolver a capacidade de manejar situações reais e resolver diferentes tipos de problemas e não continuar naquela “mesmice” que vivemos quando éramos alunos.

Somente dessa maneira será possível pensar em uma matemática prazerosa, interessante, que motive nossos alunos, dando-lhes recursos e instrumentos que sejam úteis para o seu dia-a-dia, buscando mostrar-lhes a importância dos conhecimentos matemáticos para sua vida social, cultural e política.

Exemplos de jogos matemáticos

Imagem 1-Jogo Batalha das Operações



Fonte: A Autora

Figura 2-Jogo da Velha das operações



Fonte: A Autora



Figura 4- Quadrado Mágico



Fonte: A Autora

São estes alguns exemplos de jogos matemáticos usados no Brasil, que muito ajudariam o ensino da matemática na escola em estudo. Uma vez que os professores reconhecem a importância dos jogos mais dizem que a escola não oferece condições para tal.

Contudo aconselhamos os professores a serem mais criativos e criarem eles mesmos tais condições e com ajuda dos alunos tudo será possível. Os materiais para os jogos encontram-se no mercado a preços acessíveis.

✓ **Relação família - escola**

A escola necessita se concentrar como uma instituição que preze pela questão sociocultural, para tornar mais eficaz o processo educacional. Desta forma, a escola deve também considerar a grande importância que a participação familiar tem sobre o aprendizado do aluno. Desta forma Polonia e Dessen (2005) afirmam que:

Quando o foco de debate é o papel dos pais na escolarização dos filhos e suas implicações para a aprendizagem, na escola, há aspectos a serem

ressaltados. A família como impulsionadora da produtividade escolar e do aproveitamento acadêmico, o distanciamento da família, podendo provocar o desinteresse escolar e a desvalorização da educação, especialmente nas classes menos favorecidas.

A relação família-escola se torna essencial a partir do momento que se configura como um processo capaz de aperfeiçoar a relação ensino-aprendizagem, pois torna os docentes mais próximos da realidade individual de cada aluno.

Todavia, o que percebemos, na atualidade, é uma mudança nos paradigmas da educação. As funções da família e da escola têm sido confundidas e assim responsabilidades, que outrora eram da família, acabam sendo levadas a escola. Neste contexto Bastos (2011) expõe que:

O que vemos hoje, por conta da correria atual, é que os pais estão delegando a outros essa tarefa tão importante que é EDUCAR, sendo esta tarefa de responsabilidade exclusiva dos pais e não de outras pessoas.

Desta forma, deve-se entender que não é pelo fato de que a criança vai começar a frequentar a escola, que as obrigações educacionais familiares vão ser delegadas somente para os professores. A educação adequada necessita dessa dupla troca educacional em perfeita simetria, ou seja, família e escola trabalhando juntas, sendo assim faz-se necessário o acompanhamento dos familiares no seio escolar. Assim, a presença da família na escola não deve ser encarada como um empecilho ou uma “chatice”, mas como um processo coerente para a formação adequada das crianças.

Os benefícios de uma boa integração entre a família e a escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos.” A formação completa do estudante depende diretamente da perfeita integração entre escola, pais e comunidade, pois somente dessa forma os conteúdos explicados a partir desse contexto próprio farão realmente sentido para os alunos (Polonia & Dessen, 2005).

Em relação a escola, a participação da família acaba por ser um fator preponderante tanto no aprendizado da criança quanto no próprio sucesso da instituição, uma vez que a família vem a somar nas ações desta. Todavia é importante ressaltar que a escola deve ser um ambiente agradável a família, que seja capaz de atraí-la para interior e que demonstre a importância dos familiares dos alunos para a instituição.

Sendo assim, é necessário destacar que a escola tem como papel instigar a edificação do conhecimento nas áreas do saber, entendidas como fundamentais para a formação de seus alunos. Assim, na contemporaneidade, torna-se impensável uma escola sem a sua interação com a família, uma vez que ambas têm um denominador comum de fazer com que o aluno possa se tornar um cidadão participativo na sociedade.

✓ **Equilíbrio da estrutura familiar**

Todavia, compreendemos que a família sempre foi base para todas as formações existentes no mundo, além de ser a nossa primeira comunidade. Inseridos no momento em que nascemos à família em si, passará a fazer parte do nosso desenvolvimento social e cultural por toda nossa vida.

Há muitos anos, pregamos e defendemos que a educação não é um privilégio e responsabilidade exclusivamente da escola. Todavia, temos a consciência de que a própria sociedade se responsabiliza pela educação dos seus membros e os adequam as suas famílias ou outras instituições, que por sua vez tornam-se colaboradores diretos e indiretos na construção educacional.

Deste modo, destaca-se a instituição familiar que, de acordo com Weschenfelder (2007), pode ser uma instituição potencializadora de pessoas saudáveis ou geradora de insegurança, desequilíbrio e de todos os tipos de desvio de comportamento. É nessa instituição (a família), que o indivíduo se insere plenamente na sociedade, e onde se encontra os recursos valiosos para o seu desenvolvimento intelectual, social, moral e pessoal.

Um bom clima familiar é determinante para que o aluno tenha um bom aproveitamento na escola, um bom clima familiar pauta o seguinte:

- Respeito;
- Não-violência;
- Diálogo;

- Preocupação diante dos estudos dos filhos, ajudando os mesmos com as tarefas para casa.

Diante da nossa realidade verificamos um clima familiar diferente:

- Pais que não acompanham os estudos dos filhos;
- Utilização de vocabulário rude;
- Pais dominados pelo álcool;
- Violência familiar;
- Falta de diálogos pais – filhos;
- Os tempos livres os filhos passam nas lavras para ajudarem os pais, muitas vezes deixam de fazer as tarefas de casa.

Uma questão que também vem afetando o equilíbrio das famílias inquiridas é:

- O número de filhos das mesmas;
- A ocupação laboral dos pais;
- Baixa renda mensal.

Para Weschenfelder,

A reunião das pessoas em um lar, como entidade familiar, é o centro mais perfeito de aprendizagem e de formação espiritual. Há na família a transmissão de cultura e de experiência, pela qual se molda a personalidade de uma pessoa, pois é na família que a criança passa a maior parte do tempo, é nela que se fornecem as condições de aprender e discernir entre o certo e o errado. (2007, p.15)

✓ **Importância da motivação dos professores para o sucesso do ensino**

A palavra motivação deriva do latim *motivus, movere*, que significa mover. Em seu sentido original, a palavra indica o processo pelo qual o comportamento humano é incentivado ou estimulado por algum tipo de motivo ou razão. Motivo, motor e emoção são palavras que têm a mesma raiz (Maximiano 1997).

A motivação pode ser de duas formas:

- Intrínseca; e
- Extrínseca.

As teorias da motivação extrínseca, ao contrário das intrínsecas, pressupõem que o comportamento humano pode ser planeado, modelado ou mudado por meio da utilização adequada dos vários tipos de recompensas ou punições disponíveis no meio ambiente (Comida, dinheiro, promoção, etc.) A intrínseca tem a ver com fatores interno ao indivíduo.

Mas, independentemente das teorias, o que se deve ter em mente é que se trata de pessoas e seu comportamento nem sempre é previsível. Intrínseca ou extrinsecamente, a verdadeira motivação só é efetivamente conseguida quando os colaboradores conseguem realizar suas necessidades e seus objectivos de vida, tanto dentro da escola quanto fora dela.

Os professores entrevistados apresentam as seguintes preocupações:

- Baixo salário;
- Escolas sem condições, alguns alunos ainda estudam por baixo das árvores, sem carteiras para sentarem;
- Falta de um campo adequado para educação física;
- Falta de materiais didáticos para lecionarem;
- Alunos chegam a escola desmotivados por falta de alimentação em casa.

Dentro deste panorama, os professores encontram-se pouco motivados para trabalharem, mas ainda assim eles sendo patriotas dão o máximo para contribuir significativamente no ensino da matemática na escola Saily Mingas.

✓ **Clima da sala de aula**

Ainda que o professor consiga uma boa gestão de sala de aula e que isso influencie positivamente no êxito dos alunos, Fernandes (2008) salienta no seu estudo que é impróprio garantir totalmente que todos os alunos consigam aprender, mesmo que o professor tome todos os cuidados e desenvolva estratégias para que tal aconteça.

O mesmo autor menciona que se podem nomear melhores professores, todos aqueles que com as suas estratégias de gestão de sala de aula, conseguirem com que os seus alunos manifestem mais interesse, motivação e empenho em sala de aula, alcançando assim o sucesso dos mesmos.

É importante salientar que um bom clima e gestão de sala de aula só beneficiará o bom desempenho dos alunos e professores. Ainda assim, nem sempre o clima e gestão de sala de aula estão ajustados ao tipo de alunos que existem. É necessário que os professores tenham isso em atenção para que exista um melhor progresso, interesse e empenho dos alunos. Por vezes, é mesmo o contexto e a forma de como as aulas são realizadas, que influenciam o clima, assim como o comportamento dos alunos em sala de aula.

Na escola em questão os professores acreditam que o clima é razoável tendo em conta a idade dos alunos, as condições da escola, bem como o modo de vida dos mesmos.

- As vezes choram;
- Gritam;
- Têm preguiça de escrever. Mas nada que atrapalha as aulas.

CONCLUSÕES

Fez-se o trabalho com a direção da escola, professores, pais e encarregados de educação e alunos. Os resultados obtidos vão ao encontro das expectativas inicialmente traçadas e também satisfazem tudo que fora plasmado nas hipóteses e na literatura descrita no trabalho.

Este trabalho deve ajudar os intervenientes do processo de ensino e aprendizagem, a terem consciência das medidas a tomar para que atinjam o sucesso escolar na disciplina em questão, uma vez que a maioria dos alunos encontra dificuldade na mesma.

Os professores, direção da escola e pais devem criar política para junto das entidades governamentais buscarem ajuda, uma vez que as condições das famílias são precárias, o governo deve dar merenda escolar para os alunos, a alimentação é muito importante para o aprendizado, somos um país rico e temos condições para tal, faltam apenas políticas eficazes para que isso se concretiza.

No decorrer da pesquisa, podemos constatar que existe uma grande necessidade de promover o sucesso escolar na disciplina de matemática na escola primária Saidy Mingas – Benguela – Angola, para alcançarmos tal êxito depende de um esforço conjunto entre toda comunidade educativa e da própria sociedade em geral.

A temática em questão tem sido pouco evidenciada em termos científicos em Angola, contudo é de extrema relevância, pois tomando por base os resultados obtidos é possível criar nos intervenientes a necessidade de mudança com o intuito de intervir e melhorar as práticas educativas.

Pensamos que é indispensável criar soluções e oportunidades que levem os professores a tomar consciência dos processos de ensino-aprendizagem e do impacto do clima de sala de aula nas aprendizagens dos alunos.

Durante muito tempo, o professor foi considerado detentor do saber e da verdade e, por isso, os alunos aceitavam os conhecimentos quando muitas vezes não sabiam o porquê

ou para que serviam. Atualmente, o professor é o mediador das aprendizagens dos alunos e o responsável por motivar os mesmos.

Hoje, espera-se mais dos professores do que transmitir conhecimentos, exige-se habilidades para dialogar com os alunos, capacidade de estimular o interesse pelas atividades e aprendizagens. Uma forma de facilitar todo este processo, é que haja envolvimento da escola como um todo e que não se restrinja apenas ao trabalho e papel do professor.

Efetivamente, a motivação do aluno é um grande problema na nossa sociedade, pois afeta diretamente o ensino. Motivar os alunos não é tarefa fácil, mas é uma tarefa constante do professor. O professor precisa saber o nome de todos os alunos, e tratá-los de forma individual quando necessário for, o professor precisa saber dos problemas que os alunos enfrentam tanto dentro como fora de aula, saber a forma como eles vivem e tudo o resto.

Importa avaliar os trabalhos (cadernos) dos alunos diariamente para saber se são eles mesmos que fazem as tarefas ou outras pessoas fazem por eles, sendo a motivação um aspecto muito importante os professores precisam criar alguns jogos de matemática onde o vencedor ganha alguma coisa (bolacha, pipoca, caderno, lápis, sumo, etc.)

Se aluno perceber que fazendo a tarefa ou se esforçar um pouco mais na disciplina em questão, ganhará um prêmio, então ele tudo fará para atingir esse prêmio. Para ele, será apenas um jogo, uma brincadeira, mas no final irá ganhar algo muito valioso que será o conhecimento - não devemos nunca esquecer que as crianças aprendem brincando.

Pode-se confirmar, a partir dos resultados recolhidos, que o sucesso escolar na disciplina de matemática está ligado a diversos fatores, como: a posição socioeconômica, a instrução dos professores e dos pais e encarregados de educação, as políticas do Estado e também das direções das instituições, está ligado também ao clima da própria instituição como a estrutura da mesma, o ambiente em si.

No caso da escola em referência, os pais e encarregados de educação têm um nível de instrução muito baixo e o nível de instrução dos pais influencia diretamente no resultado escolar do filho.

Os pais com nível escolar baixo tendem a ter menos possibilidade de acompanharem os filhos quanto aos estudos, deixando toda a formação dos mesmos a cargo dos professores, esquecem que a família é o berço é onde o filho precisa ser acompanhado com maior rigor, é em casa onde o trabalho da escola deve continuar, é uma parceria que nunca deve separar-se.

As famílias têm uma renda mensal baixa e, naturalmente, sendo eles pobres, investem menos nos estudos dos filhos, pois os custos são elevados para eles, esse dilema faz com que os filhos muitas das vezes vão a escola sem terem feito alguma refeição.

Outros fatores que podemos apurar no nosso estudo é o agregado familiar. O número de pessoas numa família é um fator que pode condicionar o acompanhamento dos pais na educação dos filhos, quanto maior é a família menor é o acompanhamento.

A ocupação laboral dos pais também condiciona o acompanhamento, pais que trabalham distante ou passam dias fora de casa não têm como verificar o andamento escolar do filho, muitas vezes acontece que eles deixam os filhos a dormirem e os encontram da mesma forma, falta mais contacto. Sendo eles camponeses e caçadores não tem como esse quadro mudar.

A escola precisa criar mecanismos dos alunos terem aulas extras de formas a suprir a lacuna que encontram em casa por falta de tempo dos pais.

As reuniões entre pais/encarregados de educação e professores tem sido de forma trimestral segundo o regulamento do Ministério, mas tal facto poderia mudar, a direção ou professores precisam ter um contacto maior com pais dos alunos de formas a aconselharem e buscar saber o dia-a-dia dos mesmos.

A estrutura da escola precisa urgentemente ser melhorada para que os alunos tenham o conforto que tanto precisam para assistirem as suas aulas, pelo que a direção da escola deve apelar a direção provincial para fazer um esforço junto do Ministério de formas a que esta situação seja resolvida. Sentar em latas, em salas de chapa, ao relento, debaixo das árvores, acaba sendo uma realidade que o nosso país já não deve enfrentar porque uma boa educação depende de muitos fatores e escolas com todas as condições é um desses fatores.

As crianças não nascem gostando de estudar, elas devem é ser incentivadas a gostarem dessa atividade, devem ser ensinadas a verem o estudo tal como um jogo, como uma brincadeira, e para isso é necessário um esforço conjunto de toda a comunidade e não só. Mais uma vez chama-se aqui a responsabilidade, como já havíamos dito anteriormente, aos pais, professores, aos diretores.

A motivação é um conceito utilizado nas mais diversas situações do nosso cotidiano, e em contexto escolar está relacionada com o investimento ou desinvestimento dos alunos e professores nos processos de ensino/aprendizagem, assim sendo como já referimos o Estado acaba sendo um ator decisivo nesse processo.

Os pais devem ter sempre em conta a importância da matemática na vida dos filhos, e devem ainda ter em conta a complexidade da mesma. Dizer que a matemática é muito importante para a vida e faz com que a criança pense de forma lógica e rápida, abre a mente da criança para outras disciplinas dada a sua complexidade e exatidão.

Por um lado, muitos percorrem grandes distâncias para chegarem até a escola, por outro, dificuldade de alimentação, famílias muito carentes, escolas com ambientes precários, tudo isso é um ambiente propício para o insucesso seja na disciplina em causa, como em outras disciplinas.

Tendo em conta todos estes fatores, pudemos apurar que a maioria dos alunos disseram não gostar da disciplina de matemática, uma vez que em casa não têm a ajuda nem o apoio que necessitam, eles não têm em casa a continuação do processo de ensino/aprendizagem.

Por mais que os professores sejam bons, os alunos precisam estar bem para receberem os conteúdos, sendo a matemática uma disciplina complexa carece de um melhor acompanhamento e cuidado, por parte dos professores, pais e da própria escola.

Devemos preparar as crianças de formas a termos adultos bem formados, desde cedo o executivo deve traçar políticas que facilitam o bom aproveitamento dos alunos, um ensino com qualidade, esse deve ser o desafio do Ministério da Educação e direções de escolas, programas curriculares de acordo a realidade dos alunos, ao sucesso dos mesmos.

As reformas que aconteceram em Angola foram todas decididas a nível central, ou seja os professores e outros intervenientes não foram ouvidos, importa para as próximas reformas o governo auscultar essas pessoas para melhor definição dos programas educacionais.

No espaço escolar, a criança é atendida em suas necessidades socioculturais, assim como as psicológicas e cognitivas dentro dos parâmetros pedagógicos. A função educativa da escola abrange, ainda, a inserção dessa criança como cidadão construtor da sua história e participante de uma sociedade cada vez mais exigente e carente de bons cidadãos.

A função da escola é distinta do papel da família em relação ao desenvolvimento da criança, mas ambas representam parcelas significantes quando se trata de como esta criança se transformará ou em quem ela se transformará em consequência da união ou não união desses dois componentes educativos.

O problema não se constitui apenas quando há inversão de funções de pais e escola, e sim, quando o educando não é atendido em suas necessidades educativas. Portanto, compreendemos a enorme necessidade em assegurar a parceria entre escola e família em prol do desenvolvimento do aluno. E reconhecemos as particularidades e semelhanças existentes nesses dois ambientes no qual a criança se insere, principalmente em se tratando dos aspectos de desenvolvimento e aprendizagem.

Cada vez mais, é importante que o clima de sala de aula seja o mais positivo possível, pois é através deste que outros fatores se irão revelar mais positivos em sala de aula. O professor e os alunos devem compreender quais os prós e contras para conseguirem que o clima seja o mais favorável para ambos, pois só irão beneficiar.

O facto de existir uma boa gestão de aula por parte do professor, assim como as relações entre professor e alunos serem favoráveis, não só irá contribuir para o sucesso do clima de sala de aula, mas também para que os alunos se sintam mais motivados, empenhados e assim consigam que o processo de ensino-aprendizagem decorra da melhor forma, proporcionando deste modo o sucesso escolar dos alunos.

Isto só vem confirmar o que foi mencionado por Palangana (2001) onde defende que “a aprendizagem e o conhecimento do pensamento pressupõem, sempre, uma relação entre

o sujeito e o objeto do conhecimento”. Também vimos que é a interação entre o professor e o aluno que vai dirigir o processo educativo”, o que só vai salientar ainda mais o facto de que a relação entre ambos é fundamental para que a aprendizagem seja valorizada e obtida com sucesso.

Pela importância de que se reveste, este trabalho é um garante da qualidade de ensino, trabalhos do género devem ser continuados a fim de ajudar as instituições de ensino a promoverem o sucesso escolar na disciplina de matemática e não só.

Em síntese, o estudo foi feito para apontar alguns contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática na escola primária Saidy Mingas – Benguela – Angola.

Sugestões

Recomenda-se ao Governo no quadro da reforma educativa que se esforce no sentido de:

- Aumentar de forma significativa a oferta de escolas devidamente apetrechadas (água potável, energia elétrica, refeitórios, salas de aula com carteiras e quadros, bibliotecas, laboratórios, computadores, etc.) para o cumprimento do objetivo 30 a 35 alunos por sala seria ideal para o processo de ensino-aprendizagem e o sucesso escolar;
- Resolver os problemas de transporte de alunos e professores, nomeadamente, nas zonas rurais ou naquelas em que as escolas estão muito distantes das residências;
- Incentivar os pais/encarregados de educação a alfabetizarem-se para melhor acompanharem os seus filhos;
- Dar merenda escolar aos alunos, uma vez que muitos deles devido a baixa renda das famílias, têm ido à escola sem comerem;

Lacunias do trabalho

- O número da amostra reduzido;
- Não foi possível entrevistar a direção municipal, nem provincial da educação;
- Dificuldades em encontrar conteúdos fizeram com que não apresentássemos de forma mais abrangente a fundamentação teórica. Foram essas as lacunas que o nosso trabalho apresenta.

Sugestões para futuros trabalhos

- Para futuros trabalhos esperamos que procurem falar do reforço que deve ser dado ao investimento na formação inicial de professores que ensinam Matemática antes que as carências que se preveem criem uma situação de perturbação das escolas e sistema educativo. Este investimento deve considerar medidas que sensibilizem a sociedade para a atratividade da profissão, não só com a possibilidade de empregabilidade mas, sobretudo, com a valorização social da profissão;
- Que outros trabalhos procurem falar sobre as metodologias utilizadas na resolução dos problemas matemáticos. É nítido que muitos professores não conhecem essa Metodologia ou não sabem como trabalhá-la, apesar de reconhecerem sua importância;
- Mostrar aos estudantes as vantagens de aprender essa disciplina, os profissionais que dominam os números e que são capazes de realizar análises quantitativas são muito valorizados no mercado de trabalho e em áreas bastante amplas. Isso porque a matemática é fundamental para o desenvolvimento de muitas ciências. Além disso, sua aplicabilidade e raciocínio lógico são decisivos na resolução de problemas das mais diversas áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, C. (1998). *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. (9 ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Bastos, R. P. S. (2011). *Família e Escola: a parceria que deu certo*. Salvador: COPEDIN.
- Ball, S. J. (2011). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Benedito, N. (2012). *Centralização, autonomia e diversidade nos Sistemas Educativos de Angola e Portugal*. Coleção Análise da Ação Educativa. Luanda: Cosmos.
- Brejon, M. (1986). *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus: Leituras*. São Paulo: Pioneira.
- Charlot, B. (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.
- Correia, P. P. (1996). *Angola: do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hungin Editores-Lda.
- Cummings, M. E., Davies, P. T., & Campbell, S. B. (2000). *Developmental psychopathology and family process: Theory, research and clinical implications*. New York: Guilford Press.
- Espírito Santo, F. (2000). *História recente da educação em Angola*. Luanda: CEAST, conferencia episcopal de Angola e São Tome.
- Ferreira, N. S. C. (2004). *Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na "Cultura Globalizada"*. Campinas: Revista Educação & Sociedade.
- French, J., & Raven, B. (1967). *As bases do poder social. Dinâmica de grupo: pesquisa e teoria*. São Paulo: Herder.
- Garcia, C. (1999). *Formação de professores. Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.
- Georges, I. (2005). *Os números – matemática história de uma grande invenção*. São Paulo: Globo.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. (6ª ed). São Paulo: Atlas
- Gil, C. A. (2010). *Como Elaborar Projecto de Pesquisa* (5ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Gilly, M. (1976). A propos des rapports enseignant-enseigné : la représentation réciproque maître-élève repose-t-elle sur un malentendu ? Congrès L'apport des sciences fondamentales aux sciences de l'Education. Paris: Ed. de L'Épi.

- Grácio, S. (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: EDUCA.
- Hayneman, S. (2007). *Professor of International Education Policy at Vanderbilt and former World Bank executive*.
- Ireland, B. (2008). *Construindo caminhos para o sucesso escolar*. Brasília: INEP/MEC.
- Jesus, S. N. (1996). *A motivação para a profissão docente. Contributo para a clarificação de situações de mal-estar e para a fundamentação de estratégias de formação de professores*. Aveiro: Estante Editora.
- Lara, I. C. M. (2003). *Jogando com a Matemática*. São Paulo: Respel.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2009). *Metodologia Científica*, 5ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Maximiano, A. C. (1997). *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Atlas.
- Luck, H. A. (2012). *Liderança em Gestão Escolar*. Petrópolis: Vozes.
- Luck, H. A. (2013). *Gestão Participativa na escola*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, A. (1993). *Insucesso Escolar e apoio Sócio-Educativo*.
- Marques, M. R. A. (2007). *Tópicos Especiais em Política, Gestão e Educação – “Estado e Reforma Educacional Contemporânea”*. Uberlândia: Mimeo.
- Marx, K., & Engels, F. (2006). *Texto sobre a educação e ensino*. (5ª Ed). São Paulo: Centauro.
- Meneses, J. G. C. (1998). *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: Leituras*. São Paulo: Pioneira.
- Mineiro, A. C. (2007). *Valores e Ensino no Estado Novo. Análise dos Livros Únicos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Moreira, M. A. (1995). *Pesquisa em ensino: aspectos metodológicos*. São Paulo: Atlas.
- Molina, N. V., & Triviños, A. S. (1999). *A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: EDUFRGS.
- Moresi, E. (2003). *Metodologia da Pesquisa*; Brasília: DF.
- Nóvoa, A. (2009). *Professores – imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa.

- Nguluve, A. K. (2010). *Educação Angola: Políticas de Reformas do Sistema Educacional*. São Paulo: Biscalchin Editor.
- Ngamba, A. V. (2012). *Políticas Educativas em Angola (1975-2005) entre o global e o local: O sistema educativo mundial*. Mbanza Kongo: Sedieca.
- Palangana, I. (2001). *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: A relevância do social*. (3ª ed.). São Paulo: Summus.
- Paro, V.H. (2006). *Administração Escolar: Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez.
- Perrenoud, P. (2000). *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed.
- Peterson, P. D. (2003). *O professor do ensino básico: perfil e formação*. Lisboa, Horizontes pedagógicos.
- Polonia, A. C., & Dessen, M. A. (2005). *Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e Educacional*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>. Acesso em 02 de Maio de 2016.
- Prodanov, C. C., & Freita, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho Acadêmico* (2ª ed.). Rio Grande do Sul: Feevale.
- Ribeiro, A. I. M., & MENIN, A. M. C. (2005). *Formação do Gestor Educacional: Necessidades da Ação Coletiva e Democrática*. São Paulo: Arte & Ciências.
- Ribeiro, L. (1993). *Avaliação da aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- Sakamoto, C. K. & Silveira, I. O. (2014). *Como fazer Projectos de iniciação científica*. São Paulo: PAULOS.
- Kishimoto, T. M. (2011). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. (14ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Silva, A. F., & Kodama, H. M. I. (2004). **Jogos no Ensino de matemática**. II Bienal da Sociedade Brasileira de Matemática, UFBA. Disponível em: < <http://www.bienasbm.ufba.br/OF11.pdf> > . Acesso em 12 de Junho de 2018.
- Sperb, D. C. (1976). *Administração e Supervisão Escolar*. Porto Alegre: Globo.
- Teixeira, R. (2011). *Angola - História do Batalhão de Caçadores 1961/1963*. Lisboa: Ediliber Lda.
- Weschenfelder, S. (2007). *A educação começa em casa*. Porto Alegre: Jornal Zero Hora.

Zau, F. (2005). *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola (uma visão prospectiva)*. [tese de doutoramento]. Especialidade em Educação Multicultural e Intercultural. Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Aberta.

Zau, F. (2013). *Educação em Angola: Novos trilhos para o Desenvolvimento*. Movilivros.

Legislações

INIDE, (2011). *Currículo de Educação Pré-Escolar*. (2ª ed). Luanda: INIDE.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO n.º 13/01 de Dezembro. Luanda: Assembleia da República, 2001.

PLANO MAIOR DO MPLA (1975). *Proclamação da Independência da República Popular de Angola; 11 de Novembro de 1977*. Luanda: edição do MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO. Imprensa Nacional de Angola.

PRIMEIRO CONGRESSO DO MPLA, no poder em 1977. *Preparação das estratégias para a primeira reforma educativa*. Luanda: Imprensa Nacional, 1979.

RELATÓRIO DE BALANÇO DO TRABALHO REALIZADO PELO GRUPO DE PROGNÓSTICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. Março a Junho de 1986. Etapa de Diagnóstico. Luanda - Angola.

RELATÓRIO ANUAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Luanda, 25 de Janeiro de 2004.

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA - DIRECÇÃO DA ESCOLA

Domingos Maria, estudante de mestrado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, na cidade do Porto – Portugal.

Estimada direcção: a presente entrevista faz parte do trabalho de investigação de fim de curso de mestrado em Administração e Gestão da Educação na Universidade Portucalense, com objectivo fundamental recolher informações à direcção da Escola Saídy Mingas, no município da Camunda. O mesmo trabalho tem como tema: Contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática na 2ª classe da Escola primária Saídy Mingas.

A informação recolhida através da presente entrevista será tratada de forma confidencial e anónima.

I – Dados pessoais

1. Sexo

- Masculino ()
- Feminino ()

2. Idade_____

3. Conta com quantos anos de experiência?

4. Qual a sua área de formação?

5. Nível académico_____

II – Questões específicas

6. Que função exerce?

7. Considera correcto pedagogicamente a reforma ter definido a aprovação automática do aluno da 1ª a 6ª classe mesmo não sabendo ler e escrever?

8. A direção da escola tem convocado os pais/encarregados de educação?

9. A escola tem proporcionado aos docentes acções de formação contínua?

10. A escola trabalha em colaboração com a comunidade educativa?

11. A direção acha que o fraco sucesso escolar na disciplina de matemática deve-se a qual factor?

12. De que forma vocês têm contribuído para melhorar o sucesso escolar na disciplina de Matemática?

Muito obrigado

Anexo 2

GUIÃO DE ENTREVISTA - PROFESSORES DA ESCOLA

Domingos Maria, estudante de mestrado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, na cidade do Porto – Portugal.

Estimada direcção: a presente entrevista faz parte do trabalho de investigação de fim de curso de mestrado em Administração e Gestão da Educação na Universidade Portucalense, com objectivo fundamental recolher informações à direcção da Escola Saídy Mingas, no município da Camunda. O mesmo trabalho tem como tema: Contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática na 2ª classe da Escola primária Saídy Mingas.

A informação recolhida através da presente entrevista será tratada de forma confidencial e anónima.

I – Dados pessoais

1. Sexo

- Masculino ()
- Feminino ()

2. Anos de experiência

- Menos de 5 anos ()
- Entre 6-10 anos ()
- Entre 11-15 anos ()
- Mais de 15 anos ()

3. Área de formação

- Formação de professor ()
- Prof. Univ()
- Agronomia ()
- Cursos técnicos ()
- Gestão ()
- Outros ()

4. Nível académico:

- () ensino primário
- () I Ciclo

- () II Ciclo
- () bacharelato
- () licenciatura
- () doutor

II – Questões específicas

5. Durante a elaboração do projecto da reforma educativa de 2001, os professores foram consultados?

6. Tem dificuldade em leccionar a matemática?

7. A Maioria dos seus alunos gosta da disciplina de Matemática?

- Sim ()
- Não ()

7.1. Se a resposta foi não, diga, em sua opinião, as razões para eles não gostarem?

8. O que acha do currículo do ensino primário está na base do insucesso escolar na disciplina de Matemática?

9. Já ouviram relatos por parte dos alunos de casos de violência doméstica e de pais dominados pelo álcool?

10. Como avalia o clima na sala de aula?

11. Como avalia a motivação quanto ao trabalho?

Muito motivado ()

Pouco motivado ()

Não motivado ()

Anexo 3

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS ALUNOS

Domingos Maria, estudante de mestrado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, na cidade do Porto – Portugal.

Estimada direcção: o presente questionário faz parte do trabalho de investigação de fim de curso de mestrado em Administração e Gestão da Educação na Universidade Portucalense, com objectivo fundamental recolher informações à direcção da Escola Saídy- Mingas, na Comuna da Camunda município de Benguela o mesmo trabalho tem como tema: Contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática na 2ª classe da Escola primária Saídy- Mingas.

1. Gosta da Matemática?

Sim () Não ()

1.1. Se não, porque não gosta?

2. O Papa/Mama têm ajudado a fazer a tarefa?

Sim ()

Não ()

Algumas vezes ()

3. Tem levado comida (lanche) ou dinheiro para comprar algo no intervalo?

Sim ()

Não ()

Algumas vezes ()

4. Tem comido antes de ir a escola?

Sim ()

Não ()

Algumas vezes ()

ANEXO 4

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Domingos Maria, estudante de mestrado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, na cidade do Porto – Portugal.

Estimada direcção: o presente questionário faz parte do trabalho de investigação de fim de curso de mestrado em Administração e Gestão da Educação na Universidade Portucalense, com objectivo fundamental recolher informações à direcção da Escola Saídy Mingas, no município da Camunda. O mesmo trabalho tem como tema: Contributos para melhorar o sucesso escolar na disciplina de matemática na 2ª classe da Escola primária Saídy Mingas.

A informação recolhida através do presente questionário será tratada de forma confidencial e anónima, por isso convidamos-lhe a marcar com (X) em cada questão apresentada a opção que lhe for relevante.

1. Nível académico:

- ensino primário
- I Ciclo
- II Ciclo
- bacharelato
- licenciatura
- Doutor
- Outro

2. Ocupação laboral

- Professor ()
- Medico ()
- Funcionário da Administração
- Segurança ()
- Camponês ()
- Caçador ()
- Comerciante ()

- Outros ()

3. Renda mensal (resposta facultativa)

- Menos de 25.000,00 Kwanzas ()
- 25.000,00 à 50.000,00 Kwanzas ()
- 50.000,00 a 100.000,00 kwanzas ()
- Mais de 100.000,00 kwanzas ()

4. Agregado familiar

- De 1 a 5 filhos ()
- De 5 a 10 filhos ()
- Mais de 10 filhos ()

4. O seu filho tem um bom aproveitamento na Matemática?

Sim ()

Não ()

4.1. Caso acha que “não” diz porque?

5. O nível socioeconómico e académico dos pais/encarregados de educação influencia o aproveitamento escolar dos alunos da 2ª Classe na disciplina em referência?

- Sim ()
- Não ()

6. As fracas condições da escola têm influência no insucesso escolar na disciplina de matemática dos alunos da 2ª Classe?

- Sim ()
- Não ()

Anexo 5 - Fotografias

1: Aula apoiada no muro da escola com paredes laterais e tecto de chapa



2: Aula em baixo da árvore e as cadeiras levadas pelos alunos

